

Revista **Socialismo e Liberdade** Nº15 | dezembro de 2016

Fidel - Morre um gigante. Fica seu exemplo

Cid Benjamin | Pág. 5 |

Balanço das eleições municipais

Luiz Araújo | Pág. 9 |

A reforma educacional e o Estado em disputa

Andrea Caldas | Pág. 32 |

O desmonte do Estado

Denise Gentil | Pág. 28 |

Democratização da mídia

Gustavo Gindre | Pág. 36 |

FIM DO CICLO PT. E AGORA?



Y EN ESO LLEGÓ FIDEL
Carlos Puebla

*Aquí pensaban seguir
ganando el ciento por ciento
con casas de apartamentos
y echar al pueblo a sufrir*

*Y seguir de modo cruel
contra el pueblo conspirando
para seguirlo explotando...
y en eso llegó Fidel*

*Se acabó la diversión,
llegó el Comandante
y mandó a parar (Bis)*

*Aquí pensaban seguir
tragando y tragando tierra
sin sospechar que en la Sierra
se alumbraba el porvenir*

*Y seguir de modo cruel
la costumbre del delito
hacer de Cuba un garito...
y en eso llegó Fidel*

*Se acabó la diversión,
llegó el Comandante
y mandó a parar (Bis)*

*Aquí pensaban seguir
diciendo que los ratreros,
forajidos bandoleros
asolaban al país*

*Y seguir de modo cruel
con la infamia por escudo
difamando a los barbudos...
y en eso legó Fidel*

*Se acabó la diversión,
llegó el Comandante
y mandó a parar (Bis)*

*Aquí pensaban seguir
jugando a la democracia
y el pueblo que en su desgracia
se acabara de morir*

*Y seguir de modo cruel
sin cuidarse ni la forma
con el robo como norma...
y en eso llegó Fidel*

*Se acabó la diversión,
llegó el Comandante
y mandó a parar (Bis)*

S U M Á R I O

EDITORIAL	4
FIDEL - MORRE UM GIGANTE. FICA SEU EXEMPLO.	
Cid Benjamin	5
UM BALANÇO DAS ELEIÇÕES – APRENDER COM A DERROTA PARA RECONSTRUIR A ESQUERDA	
Luiz Araújo	9
PSOL CONQUISTA PREFEITURAS NO RIO GRANDE DO NORTE	
Anderson Castro e Frederico Henriques	12
FIM DO CICLO DO PT E CRESCIMENTO DA DIREITA. E AGORA?	
DESAFIOS PARA UM NOVO CICLO DA ESQUERDA	
Guilherme Boulos	14
ELEIÇÕES 2016: A VITÓRIA DO CONSERVADORISMO	
José Paulo Neto	18
DESAFIOS DA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA	
Juliano Medeiros	20
RESISTIR PARA AVANÇAR	
Milton Temer	22
O FIM DE UM CICLO, A RECONSTRUÇÃO DA ESQUERDA E O DILEMA ECONÔMICO	
Paulo Passarinho	24
OS DESAFIOS DO PSOL NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESQUERDA	
Roberto Robaina e Israel Dutra	26
O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO	
Denise Lobato Gentil	28
A AGENDA DA REFORMA EDUCACIONAL E O ESTADO EM DISPUTA	
Andrea Caldas	32
UM PASSO PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA	
Gustavo Gindre	36
A RESISTÊNCIA NEGRA FRENTE AO AVANÇO CONSERVADOR	
Fábio Nogueira e Joselício Júnior (Juninho)	38
ENTREVISTA: OLIVÉRIO MEDINA	
Juliano Medeiros	42
QUEM É MEDINA	
Cid Benjamin	45
A INSURREIÇÃO DA CELESTE	
Nestor Curbelo	46
CAROLINA, MULHER NEGRA DO NOSSO TEMPO	
Rita Silva	50


FUNDAÇÃO
LAURO
CAMPOS
 Presidente
Juliano Medeiros
 Diretor-financeiro
Lucas Van Ploeg
 Diretor Técnico
Gilberto Maringoni


PSOL
 Presidente
Luiz Araujo
 Secretário Geral
Fernando Silva
 2ª Secretária Geral
Araceli Lemos
 Secretário de Finanças
Israel Pinto Dutra
 2ª Secretária de Finanças
Zeneide Nazaré Dos Santos
 Secretaria de Organização
Leandro Martins Costa
 2ª Secretária de Organização
Teté Monteiro
 Secretária de Comunicação
Albanise Pires
 2ª Secretária de Comunicação
Brenna Paula Tavares
 Secretaria de Mov.Sociais
João Carlos Dantas
 2ª Secretária de Mov.Sociais
Luciete Maria Da Silva
 Secretário de Rel. Internacionais
Francivaldo Mendes
 2º Secretário de Rel. Internacionais
Edilson Silva
 Secretária de Rel. Institucionais
Mariana Costa Riscalí
 2º Secretário de Rel. Institucionais
Michel Oliveira Lima
 Secretária de Formação
Zilmar Averita
 2ª Secretária de Formação
Tárzia De Medeiros

Revista
Socialismo
e Liberdade

A Revista **Socialismo e Liberdade** é uma publicação da Fundação Lauro Campos. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do veículo, as ideias contidas neles são de responsabilidade de seus autores. Editor-chefe: **Cid Benjamin**. Comitê Executivo: **Cid Benjamin, Juliano Medeiros, Carolina Peters, Luis Arnaldo Dias Campos, Milton Temer, Frederico Henriques e Cheron Z. Moretti**. Produtor editorial: **José Ibiapino Ferreira**. Jornalista responsável: **Rodolfo Vianna (mtb 54.137/SP)**. Revisão: **Cid Benjamin**. Projeto Gráfico: **Cláudio Zamboni**. Editoração Eletrônica: **Zaha Comunicação**. Endereço para correspondências: Rua Barão de Limeira, 1400 - C. Elíseos - CEP: 01202-002 - São Paulo-SP - Brasil. Fones (55 11) 2985.6173 - 2985.5876. Site: www.laurocampos.org.br - fundacao@laurocampos.org.br - [facebook.com/laurocampos](https://www.facebook.com/laurocampos). Tiragem: 8 mil exemplares.



E D I T O R I A L

Apresentamos o número 15 da revista **SOCIALISMO & LIBERDADE**. Ele aprofundou nossos compromissos com o pensamento e com a luta pela democracia e por uma sociedade socialista.

SOCIALISMO & LIBERDADE se propõe a ser mais do que um órgão do PSOL ou para o PSOL. De responsabilidade da Fundação Lauro Campos e dirigida por militantes de nosso partido, ela tem por objetivo dialogar com toda a esquerda e está aberta a contribuições de companheiros e companheiras de outras agremiações ou sem filiação partidária.

Temos feito esforços para melhorar a distribuição da revista em todo o país e, estando em vias de resolver problemas legais que nos impediam comercializá-la, tencionamos aumentar a sua tiragem, organizar a venda de assinaturas e torná-la bimestral a partir de março de 2017.

Criamos o Comitê Executivo da revista, que contribuirá na definição das pautas e num balanço crítico de cada número. Assim, foram incorporados a esse trabalho, juntamente com o editor-chefe, **Cid Benjamin**, e este presidente da Fundação Lauro Campos, os companheiros **Luiz Arnaldo Dias Campos** e **Carolina Peters**, que já colaboravam com a revista, **Milton Temer**, que já foi seu editor, **Frederico Henriques** e **Cheron Z. Moretti**.

Em breve criaremos o Conselho Editorial, composto por nomes de expressão nacional, dentro e fora do PSOL, que já devem ser anunciados em nosso próximo número.

Esta edição da **SOCIALISMO & LIBERDADE** é dedicada à memória de **Fidel Castro**, falecido quando a revista estava em vias de ser enviada para a gráfica. Refizemos a capa e inserimos mais quatro páginas sobre o líder máximo da Revolução Cubana. Seria inaceitável que a primeira edição da revista depois da morte de **Fidel** não prestasse uma merecida homenagem a ele.

A revista tem, ainda, um artigo de **Luiz Araújo**, presidente nacional do PSOL, com um balanço das eleições municipais. Em seguida, trazemos perfis de dois prefeitos eleitos pelo PSOL, ambos no Rio Grande do Norte: **Oton Mário**, em **Jaçanã**, e **Zé Bezerra**, em **Janduís**.

Seis artigos de militantes, dentro e fora do PSOL, apresentam seus pontos de vista sobre a reorganização da esquerda. São eles: **Guilherme Boulos**, **José Paulo Neto**, **Milton Temer**, **Paulo Passarinho**, **Roberto Robaina** e **Israel Dutra**, além deste presidente da Fundação Lauro Campos. Este tema estará presente também nas próximas edições da revista.

Denise Gentil Lobato nos oferece uma sólida análise do processo de desmonte do Estado social que está sendo levado a cabo pelo governo golpista de **Michel Temer**.

Andréa Caldas faz uma avaliação da contrarreforma do ensino reacionária, anunciada pelo governo **Temer**.

Gustavo Gindre, um dos maiores especialistas do país nos meios de comunicação, aponta bandeiras que devem ser encampadas pelo movimento popular na luta para a democratização da mídia eletrônica, tema que pretendemos tratar com destaque também em nossos próximos números.

O jornalista uruguaio **Nestor Curbelo** nos fala da recente rebelião dos jogadores da seleção de seu país contra a corrupção e os desmandos da **Asociación Uruguaya de Fútbol (AUF)**, entidade daquele país equivalente à **CBF**.

O representante no Brasil das **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc-EP)**, **Olivério Medina**, analisa em entrevista o processo de paz em seu país, o acordo firmado entre o governo e as **Farc** e a situação criada na Colômbia com a vitória do "não" no recente referendo.

Dois dirigentes partidários e militantes do **Movimento Negro**, **Fábio Nogueira** e **Joselício Junior (Juninho)**, discorrem sobre a luta contra o racismo hoje no Brasil.

Por fim, a professora **Rita Chaves** assina uma resenha sobre o clássico livro "Quarto de despejo", de **Carolina de Jesus**, recentemente mais uma vez reeditado.

Como se vê, temos uma pauta extremamente rica e autores de peso contribuindo neste número.

Bom proveito
Juliano Medeiros

Morre um gigante. Fica seu exemplo.

LADYRENE PÉREZ/ CUBADEBATE



FIDEL

Nota do PSOL

O Partido Socialismo e Liberdade manifesta seu pesar pelo falecimento do ex-presidente de Cuba Fidel Castro Ruz. Líder de uma revolução vitoriosa, defensor da paz mundial e principal nome da luta pelo socialismo na segunda metade do século XX, Fidel Castro tornou-se referência na luta contra o imperialismo e as injustiças em nosso tempo. Sua partida, porém, não marca o fim da luta pelo socialismo em Cuba. Sua memória e exemplo seguirão inspirando gerações de lutadores em todo o mundo. Parafraseando o cantor da revolução, Ali Primera, "os que morrem pela vida não podem ser chamados de mortos". Fidel segue vivo no sonho de justiça e liberdade de cada latino-americano.

Partido Socialismo e Liberdade

Brasil, 26 de novembro de 2016

**Havana, Cuba
30 de novembro de 2016**

Cid Benjamin*

CENA 1

Em 1961, multiplicavam-se ações de sabotagem para solapar o regime revolucionário cubano, que, a 90 milhas de Miami, desafiava o imperialismo. Atos terroristas, organizados pelos EUA, causaram centenas de vítimas na população civil. Em abril daquele ano, o serviço de inteligência cubano já tinha detectado preparativos para uma invasão de mercenários. Organizada pela CIA, ela seria apoiada militarmente pela Marinha e a Força Aérea americanas. O objetivo era criar uma cabeça de ponte em território cubano e anunciar a

formação de um governo provisório, que seria reconhecido pelos EUA.

No dia 17 de abril se dá o desembarque dos mais de 1.500 mercenários em Playa Girón, na Baía dos Porcos. Na véspera, a Força Aérea cubana tinha sido quase toda destruída em terra por aviões norte-americanos. A expulsão dos invasores era tarefa urgente, pois uma situação de duplo poder daria ensejo a uma intervenção militar direta dos EUA.

Com apoio aéreo e de artilharia naval, e contando com tanques e artilharia, nas primeiras horas os invasores têm pela frente milícias formadas por camponeses armados apenas de fuzis. É um massacre. Quando chegam as tropas do Exército cubano, a situação se inverte. Depois de três dias, os aviões e navios que dão cobertura aos invasores se retiram. Ficam em solo cubano os corpos de quatro pilotos americanos, cujos aviões tinham sido derrubados. Logo os invasores começam a se render.

O terreno era cercado por pântanos e a maior parte dos mercenários se apresentou ao Exército cubano sem as armas, dizendo-se cozinheiros das tropas invasoras. “Era a única força militar no mundo que tinha mais cozinheiros do que combatentes”, contou-me Miguel, um ex-guerrilheiro de Sierra Maestra, depois incorporado como oficial à unidade de elite do Exército cubano que foi a primeira a chegar a Playa Girón. “Resolvemos não aceitar a rendição de quem não trouxesse arma. Os ‘gusanos’ tiveram então que voltar e mergulhar nos pântanos para recuperar os fuzis”, disse Miguel, rindo da situação.

À frente do Exército cubano estava o próprio Fidel Castro, em pessoa. Há imagens dele em cima de um tanque, atirando nos inimigos com uma metralhadora ponto 30. O blindado é, hoje, uma das peças exibidas no Museu da Revolução.

Questionado sobre os riscos de o líder máximo da revolução estar na linha de frente do combate aos invasores, Miguel me respondeu, desprezando a lógica que norteava a pergunta: “Fidel está siempre en la línea de frente”. E mais não disse.



ARQUIVO GRANINA

**Em Playa Girón,
à frente do
Exército cubano
estava o próprio
Fidel Castro,
em pessoa. Há
imagens dele
em cima de um
tanque, atirando
nos inimigos
com uma
metralhadora
ponto 30**

CENA 2

No início dos anos 90, Cuba vive o chamado “período especial”. O fim da União Soviética deixa a ilha numa situação econômica dramática. A escassez se agrava e multiplicam-se os casos de *balseros*, que em embarcações artesanais tentam chegar aos EUA – estimulados pelo dispositivo legal que outorgava imediata permissão do *green card* para qualquer cubano que alcançasse o território norte-americano.

Em dado momento, uma pequena multidão acompanha no Malecón, na orla de Havana, a tentativa de saída ao mar de mais uma balsa. Logo forma-se uma pequena passeata, com gritos contrários à Revolução. De repente, surge Fidel, acompanhado apenas do ajudante de ordens e do motorista. Dialoga com os manifestantes, faz um discurso de cima de seu jipe e, logo, é apoiado por parte dos presentes e por dezenas de operários da construção civil que vêm de uma obra próxima. Mais e mais gente aflui para o local. A história termina com outra passeata, muito maior, encabeçada por Fidel e em apoio à Revolução.

O caso foi contado a um amigo meu por um motorista de táxi, que o presenciou. O taxista não simpatizava com a Revolução. Mas dava o braço a torcer e reconhecia, entre o constrangido e o orgulhoso: “Adonde está la dificultad, aí está Fidel”.

Esses dois exemplos definem bem o que era Fidel, esse gigante. Até os adversários nunca questionaram sua coerência política, sua coragem pessoal e sua importância na transformação de Cuba – de um verdadeiro bordel da máfia norte-americana, num país soberano e com indicadores sociais que superam os de muitos países desenvolvidos.

A onipresença de Fidel em todos os assuntos de Cuba – seja pelo seu ativismo incansável, seja por um método de trabalho que o fazia meter-se em tudo – levava as pessoas, ao verem algo errado, a afirmar: “No dia em que Fidel souber disso, vai dar um jeito”. Como se dependesse dele a resolução de todos os problemas do país – tanto os grandes, como os pequenos... Pude testemunhar situações assim.

Um cantor cubano muito popular e apoiador da Revolução desde a primeira hora, Carlos Puebla, retratou a onipresença de Fidel e a confiança em que ele resolvia tudo, numa música intitulada *"En eso llegó Fidel"*. No embalo contagiante do son, o ritmo mais típico de Cuba, Puebla descrevia a situação reinante no tempo de Batista:

"Aquí pensaban seguir / Ganando el ciento por ciento / Con casas de apartamentos / Y echar al pueblo a sufrir"

"Y seguir de modo cruel / Contra el pueblo conspirando / Para seguirlo explotando... / Y en eso llegó Fidel"

Entrava, então, o estribilho:

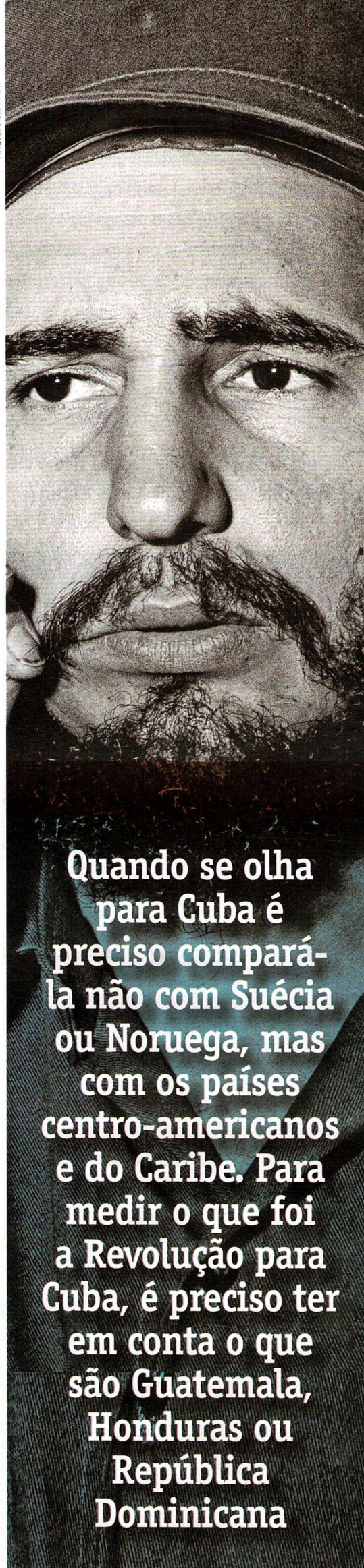
"Se acabó la diversión / Llegó el comandante / Y mandó a parar"

A música fez sucesso, pois, além de divertida, tocava no coração do povo cubano. Retratava o que cada um sentia: chegou o comandante e acabou com os abusos.

Nós, brasileiros, embora desde sempre tenhamos sofrido com a ingerência do imperialismo – primeiro o britânico e, depois, o norte-americano – não temos ideia do que ele significa num país como Cuba, tão pequeno e tão próximo aos Estados Unidos. Basta dizer que Cuba dava, em sua Constituição, a permissão para intervenções militares norte-americanas. Era uma verdadeira colônia. Ouso dizer, sem desprezar o peso das conquistas sociais da revolução e do sentimento socialista na população, que tão forte quanto ele pesa no coração de cada cubano a recuperação do orgulho nacional.

Tive vários exemplos disso. Em 1974 trabalhava como engenheiro na Empresa de Confecciones Textiles de Cuba, que coordenava as mais de cem fábricas de roupas do país. Minha parceira inseparável, que me ensinou muito nos primeiros tempos, era Dolores Albiol: uma velhinha adorável, com a cabeça branca e idade para ser minha mãe, ou até minha avó. Eu tinha, na época, 26 anos e não falava da minha militância anterior. Queria ser tratado como um colega de trabalho normal. Então, Dolores tomou a si a tarefa de me mostrar como a Revolução tinha mudado para melhor a vida dos cubanos. Eu, no fundo, achava graça, mas gostava

ARQUITO GRAMMA



Quando se olha para Cuba é preciso compará-la não com Suécia ou Noruega, mas com os países centro-americanos e do Caribe. Para medir o que foi a Revolução para Cuba, é preciso ter em conta o que são Guatemala, Honduras ou República Dominicana

muito da catequese. Ela me permitia ver, pelos olhos de uma pessoa normal, e não por um quadro do partido, o que tinha sido a Revolução.

Certo dia, enquanto esperávamos um ônibus que nos traria de volta a Havana, à beira de uma estrada no início de uma tarde de intenso calor, Dolores me contou um episódio de sua infância, em Santiago de Cuba. Havia perto de sua casa um clube exclusivo para americanos. De vez em quando, crianças cubanas pulavam o muro para apanhar frutas nas árvores do clube. Quando flagradas eram detidas e maltratadas.

Dolores me contou aquilo indignada. Dizia: *"Afinal, estábamos en Cuba"*. E, arrematou: *"Pero con la Revolución, se fueron todos pal carajo"*. Em seguida, levou as mãos ao rosto, entre emocionada e envergonhada por haver utilizado a expressão chula. A mim restou, apenas, abraçar-lhe forte e, com beijos carinhosos, enxugar as lágrimas que desciam de seu rosto.

Por haver vivido em Cuba, pude compreender perfeitamente a importância a recuperação da dignidade nacional para os cubanos.

O cubano médio tem um grau de informação sobre qualquer assunto muito superior a um brasileiro médio. E mais: é capaz de expressar seu pensamento de forma coerente, com começo, meio e fim. Aqui, as pessoas humildes em geral têm dificuldade de expressar de forma articulada o que pensam.

Quando se olha para Cuba é preciso comparar a ilha não com Suécia ou Noruega, mas com os países centro-americanos e do Caribe. Para medir o que foi a Revolução para Cuba, é preciso ter em conta o que são Guatemala, Honduras ou República Dominicana. Note-se que não ponho nessa lista o Haiti, que sempre foi mais pobre.

Isso não quer dizer que não haja problemas e que não tenha havido erros em Cuba. E nem quer dizer que eu considere o seu modelo político o mais adequado.

Considero que, neutralizada a influência do poder econômico numa sociedade, deve vigorar a mais ampla democracia, desde que se respeitem os preceitos legais. Isso implica liberdade de opinião, mesmo para reacionários. Implica a existência de órgãos de imprensa com posições diferenciadas. Implica a liberdade de

organização partidária. E, se a maioria da população optar por posições que considero um retrocesso, paciência. É seu direito.

Assim, embora seja um vigoroso defensor da Revolução Cubana, com a qual tenho ligações inclusive afetivas, não vejo como a ideal a forma de organização da sociedade adotada em Cuba. Não é que em Cuba não haja discussão. Há, e ninguém é molestado por fazer críticas. As questões do dia a dia, não só no trabalho, como na sociedade, são debatidas e, para isso, existe uma estrutura enraizada que vai até a base da sociedade. Mas as grandes decisões, as questões estratégicas que norteiam os rumos do país, ficam restritas ao Partido Comunista. Não há canais que organizem esse debate de forma mais ampla. Só uma vez definidas no partido é que elas vão para o conjunto da sociedade.

Mas, uma coisa é certa: com o bloqueio econômico e as agressões imperialistas, uma abertura política ampla implicaria a brutal injeção de recursos para os inimigos do regime, tornando a disputa desigual. Por isso, não me atrevo a dar lições de democracia aos cubanos, dizendo-lhes como e com que velocidade deveriam fazer uma abertura política.

Mais: ao sermos cobrados pelos críticos do socialismo, devemos cobrar deles as mazelas do capitalismo. Seria este o melhor caminho para a humanidade? O que dizer de um sistema

em que o país mais rico do mundo não tem um sistema universal de saúde, o que faz pessoas morrerem por falta de atendimento médico se não têm condições de pagar planos privados?

Se existem dificuldades para que nós, socialistas, apontemos modelos, a dificuldade não é só nossa. E, caso se queira comparar os dois sistemas, vejamos a situação de Cuba e de seus vizinhos.

Cuba tem o segundo melhor IDH da América Latina.

Segundo o Banco Mundial, Cuba tem o melhor sistema educacional da América Latina.

Dizeres de outdoors espalhados por Cuba: "Hoje milhões de crianças dormirão nas ruas. Nenhuma delas é cubana"

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o sistema de saúde cubano é um modelo mundial.

A indústria biotecnológica de Cuba é tão avançada que norte-americanos vão àquele país buscar remédios e vacinas baratos e que não existem nos EUA.

Segundo a ONU, Cuba é o segundo país menos violento da América Latina, com 4,2 homicídios por cem mil habitantes. O Brasil tem 25,2 por cem mil habitantes.

A taxa de alfabetização em Cuba chega a 99,9%.

A taxa de desemprego tem variado entre 1% e 3% nos últimos 13 anos.

Cuba foi o único da América a registrar crescimento econômico nos últimos 21 anos, variando entre 1% e 12%.

Cuba é o único país da América Latina com 0% de desnutrição infantil.

Cuba tem o maior número de leitos hospitalares por habitante da América (5,9 por mil habitantes). O Brasil tem 2,4.

Cuba tem a maior expectativa de vida da América Latina (79 anos).

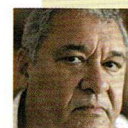
Cuba tem a menor taxa de mortalidade infantil da América (cinco para cada mil nascimentos). O Brasil tem 19 crianças mortas a cada mil nascimentos.

Cuba tem a mais alta taxa de médicos por habitante da América Latina: um para cada 160 habitantes. O Brasil tem um para cada 500 habitantes.

Estes números falam por si.

Enfim, poderia escrever horas sobre a dignidade de Cuba diante das pressões imperialistas, suas conquistas no plano social e seu esforço para formar o homem novo, calcado na solidariedade e no internacionalismo.

Mas prefiro lembrar algo que é também motivo de justificado orgulho de Cuba e que está expresso em *outdoors* em Havana: "Hoje milhões de crianças dormirão nas ruas. Nenhuma delas é cubana".



***Militante do PSOL e editor-chefe da revista SOCIALISMO & LIBERDADE**

Um balanço das eleições municipais

APRENDER COM A DERROTA PARA RECONSTRUIR A ESQUERDA



O resultados das eleições mostra que, especialmente nas grandes cidades, o discurso conservador contra a esquerda cativou parcela do eleitorado e influenciou seu olhar sobre as candidaturas

Luiz Araújo*

As eleições de 2016 foram vencidas pelas forças conservadoras. E isso aconteceu de maneira contundente.

Apenas aparentemente não ocorreu uma nacionalização da disputa municipal. Na verdade, a eleição municipal ocorreu sob o signo da narrativa do impeachment. Esta narrativa potencializou aos olhos do eleitorado os erros éticos do petismo, acobertou a participação nos esquemas de corrupção

dos partidos de direita e criou um clima geral antiesquerda, não somente pela associação da esquerda à roubalheira, mas também por meio do destravamento de pautas conservadoras no campo dos direitos civis.

Ainda que os 144 milhões de brasileiros chamados a votar tendessem a procurar respostas para seus problemas mais urgentes, especialmente nas grandes cidades e capitais, o resultado mostra claramente que o discurso conservador contra a esquerda cativou parcela do eleitorado e influenciou seu

olhar sobre as candidaturas. Não por acaso, em inúmeras cidades verificamos velhas raposas travestidas de novidade. A busca pelo novo foi capturada, em grande parte, por candidatos que, mesmo que apoiados pelas velhas estruturas partidárias, foram vendidos ao eleitorado como alternativas aos políticos tradicionais, como é o caso de João Dória, em São Paulo e Kalil em Minas Gerais.

No campo da esquerda, quem disputou em melhores condições o simbolismo do “novo” foi o PSOL. Mas seu potencial foi

tremendamente diminuído pelas mudanças na legislação eleitoral que retiraram quase todas as suas candidaturas dos debates de rádio e TV, fizeram desaparecer seus programas no horário eleitoral gratuito, com apenas duas inserções diárias inserções que variavam entre dez e 15 segundos. Assim, candidatos que poderiam representar uma alternativa foram, na prática, excluídos do processo eleitoral.

Neste cenário adverso, é alvissareiro registrar que as candidaturas do partido em várias capitais conseguiram romper parcialmente o isolamento imposto pela legislação eleitoral. Foi assim que Luciana Genro con-

quistou 12% dos votos e liderou as pesquisas durante boa parte da disputa em Porto Alegre. O mesmo ocorreu com Elson Pereira, em Florianópolis, que alcançou 20% e estaria no segundo turno se houvesse mais uma semana de campanha. Da mesma forma, o Procurador Mauro, que obteve 24% dos votos em Cuiabá. Em outras cidades também tivemos boas votações, a exemplo de Nova Friburgo, com Glauber Braga, e Niterói, com Flávio Serafini.

Além disso, destacamos a ampliação de nossa bancada de vereadores em todo o país, especialmente em importantes capitais, e a eleição de dois novos prefeitos, nas cidades

de Janduí e Jaçanã, ambas no Rio Grande do Norte. Em todos os casos as candidaturas do PSOL conseguiram cativar os votos progressistas. Mesmo onde o discurso do voto útil nos afetou, como no caso de São Paulo, Luiza Erundina encarnou a disposição do PSOL de impulsionar o processo de reorganização da esquerda brasileira.

Em três cidades conseguimos ir para o segundo turno: Rio de Janeiro, com Marcelo Freixo; em Belém, com Edmilson Rodrigues; e com Raul Marcelo em Sorocaba (SP). Tendo melhores condições de exposição no horário eleitoral, nossas três candidaturas galvanizaram as energias de mudança social e conseguiram excelentes resultados na fase final da disputa.

A eleição no Rio de Janeiro mostrou a capacidade do PSOL de reunir no seu entorno todos os setores progressistas numa batalha contra o avanço do fundamentalismo que, agora vitorioso, passa a ter uma vitrine para seus ataques aos direitos civis em nosso país.

Em Sorocaba, a força da militância se fez presente na luta contra uma candidatura conservadora, despertando a juventude e os assalariados em geral na luta por um governo popular.

Em Belém, foram os excluídos que marcharam ao lado de Edmilson. No segundo turno sua candidatura reuniu todos os setores progressistas da cidade e o resultado eleitoral que deu a vitória ao candidato tucano foi conseguido por poucos 35 mil votos e por meio de escandaloso uso das máquinas públicas municipal e estadual e pela compra de votos.

Como foi afirmado no início deste artigo, a direita venceu. A base que sustentou o processo de impeachment e sustenta o governo Temer (e suas medidas que atacam os direitos dos trabalhadores) saiu vitoriosa.

O grande derrotado, em termos eleitorais, foi o PT. Não somente porque diminuiu de forma significativa o número de cidades que irá governar, perdendo São Paulo e ficando de fora das mais importantes disputas do segundo turno, com exceção de

No campo da esquerda, quem disputou em melhores condições o simbolismo do “novo” foi o PSOL. Mas seu potencial foi tremendamente diminuído pelas mudanças na legislação eleitoral que retiraram quase todas as suas candidaturas dos debates de rádio e TV



CLÁUDIO ZAMBONI/FIC



Recife. Mas também porque não conseguiu reverter a impressão de que o partido é o principal (senão o único) culpado pela corrupção existente no país. Essa derrota, inclusive, atinge toda a esquerda, mesmo os setores que, como PSOL, nada tenham a ver com os erros cometidos.

Não reconhecer que a vitória da direita foi resultado de uma correlação de forças desfavorável a todo o campo progressista seria uma conclusão perigosa neste momento que precisaremos reconstruir a esquerda em nosso país.

Da derrota eleitoral devemos buscar extrair lições para o novo momento que todos viveremos em nosso país. Em primeiro lugar, identificar e combater a consolidação de uma maioria conservadora que busca fazer um ajuste de contas com as conquistas sociais de 1988. Em segundo lugar, o novo quadro, com a perda de protagonismo do PT e o espaço ocupado pelo PSOL, coloca sobre

**Da derrota eleitoral
devemos buscar
extrair lições para
o novo momento
que todos viveremos
em nosso país.
Em primeiro
lugar, identificar
e combater a
consolidação de
uma maioria
conservadora que
busca fazer um
ajuste de contas com
as conquistas
sociais de 1988**

nosso ombros enormes responsabilidades. Em terceiro lugar, mas não menos importante, a reconstrução de uma simbologia positiva do que é ser de esquerda em nosso país dependerá de uma profunda revisão de práticas, de uma aposta num programa e num discurso que alcancem os setores mais excluídos, de um formato organizativo que seja atrativo para aqueles que estão desconfiados das formas atuais de organização partidária (inclusive as de esquerda) e, principalmente, da apresentação de um programa de mudanças sociais que esteja em sintonia com milhares de ativistas (antigos e novos) que resistem aos ataques em cada ocupação de escola ou em cada greve contra a PEC 241 e contra as demais reformas conservadoras.



***Presidente nacional do PSOL e professor da UnB.**

PSOL conquista prefeitura

Zé Bezerra e a vitória do PSOL na cidade símbolo da esquerda potiguar

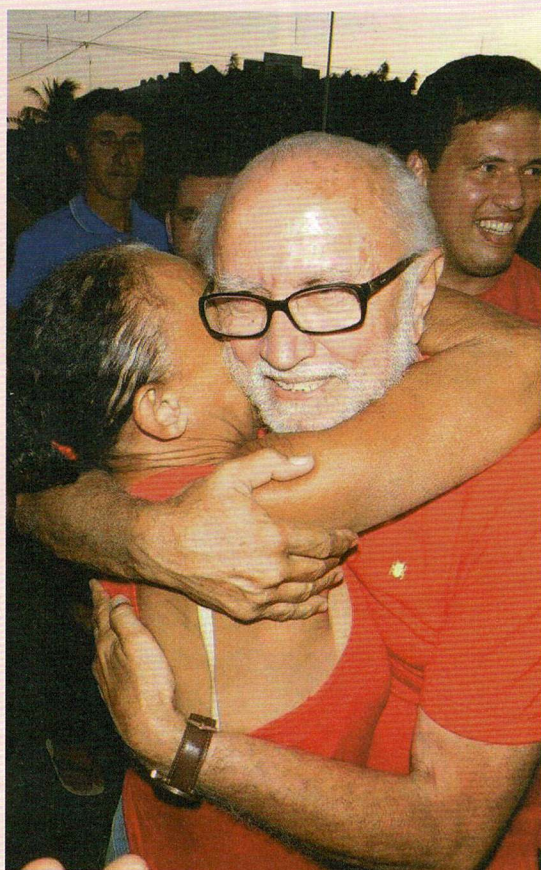
Anderson Castro*

Frederico Henriques**

Janduís é uma pequena cidade, com aproximadamente 5.500 habitantes no Oeste do Rio Grande do Norte. Como grande parte do Sertão nordestino teve como marco o caminho do gado. Juntamente com este, a cultura do algodão prosperou e, com ela, vieram as grandes fazendas e o coronelismo. Porém, a luta do povo fez com que a cidade tivesse, já em 1982, uma das primeiras prefeituras do PT no país. A conquista fez com que Janduís se tornasse uma referência na região e se postulasse como exemplo para a esquerda em todo Sertão potiguar.

Antônio José Bezerra, hoje com 65 anos, é um dos líderes desse grupo que enfrentou as oligarquias e fez história no Oeste do Rio Grande do Norte. Salomão Gurgel, ligado a ele, já tinha sido eleito prefeito em 1982, ainda filiado ao PMDB. Posteriormente o grupo ingressou no PT e, em 1989, Bezerra foi eleito prefeito. Sua administração se transformou numa referência em participação popular e democracia no interior do Nordeste. Este ano, levantando a bandeira de mudar a cidade, sua campanha arrastou milhares de pessoas em comícios e passeatas durante os meses de agosto e setembro.

Militante comunista desde a juventude, o prefeito eleito de Janduís construiu uma longa trajetória de esquerda no Nordeste, tendo



Levantando a bandeira de mudar a cidade, a campanha de Zé Bezerra arrastou milhares de pessoas em comícios e passeatas durante os meses de agosto e setembro

como principais polos de atuação Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Durante quase toda a ditadura militar, Zé Bezerra atuou na clandestinidade, como militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). No fim da ditadura, crítico à linha conciliatória do Partido no processo de redemocratização, integrou-se ao Coletivo Gregório Bezerra, que se aproximou do PT.

Na eleição deste ano, a oligarquia local chegou a usar jagunços armados para tentar intimidar cidadãos na Zona Rural, com o objetivo de impedir a mudança. Até representantes de um instituto de pesquisa que aplicavam questionários eleitorais chegaram a ser intimidados e impedidos de fazer seu trabalho.

O PSOL teve como eixo de campanha a realização de uma gestão democrática de interesse público. Além de ter saúde e a educação como eixos de atuação na prefeitura, Zé Bezerra sempre destacou o papel que o município pode cumprir na segurança pública, mesmo que o tema não seja sua responsabilidade constitucional.

Num momento em que a direita retoma a ofensiva no conjunto do país, com a gestão de Zé Bezerra Janduís poderá se tornar exemplo para toda uma região habitada por um povo aguerrido, explorado e muitas vezes esquecido pelo Sul e pelo Sudeste do país.

* **Presidente do PSOL-RN**

****Educador popular e dirigente do PSOL-SP**

s no Rio Grande do Norte

Oton, o “Liso”, que derrotou as oligarquias

Anderson Castro*

Frederico Henriques**

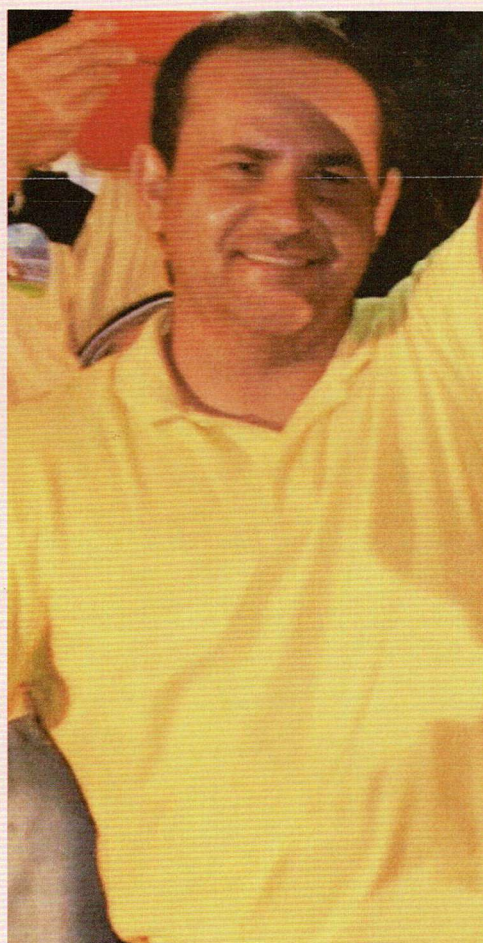
No coração do Agreste do Rio Grande do Norte, o professor Oton Mário, ou o “Liso”, como ficou conhecido por sua campanha sem os gastos das candidaturas tradicionais, contou com a força do povo e o vigor da juventude se eleger prefeito de Jaçanã.

A campanha de Oton canalizou o sentimento de indignação, consolidando-se por ser ética, propositiva e ter um programa construído em praça pública. Derrotou as oligarquias que se revezavam no poder desde antes da fundação de Jaçanã, em 1963.

Mas esta vitória eleitoral não foi apenas a primeira do PSOL em 2016. Foi, também, um marco na história do partido e do país: Oton será nosso primeiro prefeito LGBT.

As eleições em Jaçanã, assim como em outras cidades, foram marcadas pela tentativa de desqualificação e por ataques LGBTfóbicos por parte dos adversários. A campanha de Oton em poucos dias passou de uma caminhada com 15 pessoas para tomar as ruas. Os adversários tentaram, sem êxito, deslegitimá-la pelo fato de o candidato ser homossexual assumido.

Oton é natural de Jaçanã, de uma família sem tradição na política. cursou a educação básica em escolas públicas da cidade. Professor da rede estadual de ensino desde 1994, é graduado em jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e em letras pela UFRN. Foi editor do jornal “Jaçanã em Noti-



**Em 2013, Oton foi
escolhido o melhor
gestor escolar
do estado e do
Nordeste, além de
segundo melhor
do Brasil**

cias” (de 2000 a 2001) e é autor do livro “Jaçanã, meio século de história”, já com duas edições (2003 e 2015).

Em 2001 foi secretário municipal de Cultura e, em 2005, secretário municipal de Educação. Foi quatro vezes seguidas ganhador do prêmio “Jaçanaense do Ano”.

Entre 2010 e 2013, como diretor da Escola Estadual Terezinha Carolino, Oton foi sendo apontado o segundo melhor gestor de escolas do Rio Grande do Norte em 2012. Em 2013, foi escolhido o melhor gestor escolar do estado e do Nordeste, além de segundo melhor do Brasil. Seu trabalho fez a escola se tornar conhecida em todo o país, sendo citada em reportagem no “Jornal Nacional” da TV Globo.

Além de a juventude ter dado um grande impulso na campanha, foi dialogando com a população que o plano de governo de Oton se tornou o motor da sua candidatura. Ele contém propostas nas áreas de educação, saúde, agricultura, infraestrutura, esporte, cultura, turismo, assistência social, segurança, direitos humanos etc. Porém será a saúde o centro da atuação dos primeiros meses de governo, com a contratação de médicos para o Hospital Municipal e o reaparelhamento das unidades de saúde.

Com ética, participação popular e compromisso com o povo, a gestão de Oton promete fazer história.

***Presidente do PSOL-RN**

****Educador popular e dirigente do PSOL-SP**

O CICLO **PT** CHEGA AO FIM



E AGORA?

O fim do ciclo PT no país se dá em meio à maior derrota estratégica da esquerda e das forças progressistas desde 1964. A desagregação do PT atingiu todas as forças de esquerda, mesmo as que não tiveram qualquer participação em seus desvios políticos e éticos e, inclusive, foram críticas a eles. Abre-se um período de hegemonia da reação no país e já começam a ser desferidos duros ataques aos direitos dos trabalhadores. A recente vitória eleitoral nas eleições municipais, em seguida ao impeachment de Dilma Rousseff, fortaleceu

ainda mais a direita, que, ocupando o Executivo federal, começa a implementar um programa radicalmente antipopular e reacionário, com contrarreformas que atacam de maneira frontal os interesses do povo. Com o objetivo de contribuir para o debate sobre os caminhos para a resistência a esses ataques e a reconstrução da esquerda, **SOCIALISMO & LIBERDADE** abre neste número espaço para militantes, de dentro e de fora do PSOL, apresentarem suas análises. Este debate prosseguirá nos próximos números da revista.

DESAFIOS PARA UM NOVO CICLO DA ESQUERDA

Guilherme Boulos*

Encerra-se um ciclo na esquerda brasileira.

O Partido dos Trabalhadores foi durante os últimos 35 anos a força hegemônica no campo da esquerda. Desde a sua fundação, o PT constituiu um guarda-chuva que envolveu quase todo o movimento social e os chamados setores progressistas. Aqueles 25% a 30% da população brasileira que se identificam de algum modo com as propostas da esquerda foram seu eleitorado cativo e tiveram nele sua grande referência política. Este guarda-chuva foi devastado por uma tempestade.

Pelos limites de sua estratégia, pelos rumos desastrosos de seu governo após as eleições de 2014, por sua incapacidade de resistência ao golpe e, é claro, também pelos ataques impiedosos vindos do consórcio direita/Judiciário/mídia - consórcio este que os governos petistas recusaram-se a enfrentar durante 13

anos - o PT chegou a este ponto. As eleições desse ano foram mais um sintoma da gravidade de sua crise.

Alguns exageraram e decretam o fim do PT. Devagar com o andor. O partido ainda dirige a maior central sindical do país e parte expressiva do movimento social. Além disso, tem à frente a principal liderança política brasileira, que, mesmo desgastada após quase dois anos de linchamento público, permanece liderando qualquer pesquisa de intenção de voto. Não, o PT não morreu. Mas perdeu as condições de hegemonizar o campo de esquerda e de arrastar consigo os setores progressistas.

A questão é compreender o que se esgota com a crise do ciclo petista. Esgotam-se, a meu ver, a estratégia do pacto social e o modelo conservador de governabilidade. A crise econômica e o golpe parlamentar precipitaram este desfecho.

Em relação à estratégia, a aposta dos go-

vernos petistas foi impulsionar moderados avanços sociais, sem tocar nos privilégios da burguesia. A política de aumento da renda dos trabalhadores, crédito fácil e programas sociais foram a cota do andar de baixo. Lá em cima, porém, os lucros aumentaram, o sistema da dívida permaneceu intacto e nenhuma reforma estrutural foi sequer ensaiada. Este pacto, que cimentou um consenso capaz de garantir 13 anos no poder, dependia de níveis expressivos de crescimento econômico e começou a ruir tão logo a crise se aprofundou.

Curioso notar que quem rompe com ele é a própria burguesia, ao apoiar o golpe de 2016, passando a apostar numa estratégia mais agressiva de espoliação. O golpe é a expressão da falência do pacto social e de quão ilusório é pretender reeditá-lo. A Globo derrubou Dilma Roussef com verbas públicas, repassadas sem parcimônia nos 13 anos de governos petistas. A burguesia quer sempre mais e apro-



veita qualquer oportunidade para remover eventuais obstáculos políticos. Neste sentido, um programa de esquerda no Brasil precisa ser capaz de recuperar a radicalidade do enfrentamento a privilégios e das reformas estruturais. Precisa romper com a ilusão do consenso e assumir a perspectiva do conflito.

Isso implica compreender que não há governabilidade de esquerda sem ampla mobilização social. Apostar somente nos apoios parlamentares para sustentar um governo significa, no sistema político brasileiro, ficar refém dos setores mais conservadores e reproduzir o método de formação de maiorias que tem na corrupção sua regra mais sagrada. Reduzir governabilidade ao parlamento é tornar inviável a aplicação de um projeto político de transformação. Isso só é possível com a criação de mecanismos ousados de participação popular e com o estímulo permanente à mobilização social. Esta perspectiva passou longe da órbita dos governos petistas.

Essas são lições importantes que precisam ser tiradas da experiência do PT. A partir disso, é preciso compreender o cenário e os desafios que se colocam para a esquerda diante da crise do projeto petista.

Primeiro, não há dúvidas de que o declínio da força política do PT teve como efeito imediato um fortalecimento dos setores mais à direita na sociedade brasileira. O caráter regressivo do governo Temer - em sua composição e agenda política - é a maior expressão disso. A vitória dos partidos tradicionais nas últimas eleições também fortalece o avanço conservador.

É evidente que o processo é mais complexo e que coexistem com esta tendência o aprofundamento da crise de representatividade (expresso na vitória eleitoral do "ninguém") e o surgimento de novas e dinâmicas mobilizações sociais, a exemplo das ocupações de escolas pelos secundaristas. Mas o avanço da agenda neoliberal e conservadora, que inclui ainda a criminalização das lutas, é notável.

Do lado das alternativas ainda estamos aquém do necessário para a construção de um

ROVENA ROSA



novo "guarda-chuva", capaz de dar coesão política ao campo da esquerda, ao movimento social e ao conjunto dos setores progressistas.

No âmbito partidário, o PSOL passa a ocupar um lugar mais importante. O acerto de sua política no enfrentamento ao golpe, a eleição de bancadas representativas em importantes cidades e as campanhas de Freixo e Edmilson no segundo turno deram maior expressão ao partido e o fortaleceram como referência em setores da juventude. O PSOL sai maior deste processo. Mas não tem condições isoladamente de encampar o novo ciclo político da esquerda, como, aliás, ninguém tem.

No âmbito do movimento social, a Frente Povo Sem Medo representa a tentativa de impulsionar um campo independente e amplo para encampar a resistência aos ataques de Temer e, ao mesmo tempo, apontar novos caminhos para a esquerda. Com sua diversidade, desempenhou papel importante na luta contra o golpe, preservando as críticas necessárias ao governo Dilma, e agora no "Fora Temer". Mas, da mesma forma, não tem condições de, sozinha, representar uma nova alternativa.

Este cenário coloca dois grandes desafios imediatos para a esquerda brasileira, para que seja capaz de superar a crise do PT e apontar para um novo projeto.

O primeiro é retomar sua capilaridade social. A esquerda de modo geral deixou de fazer trabalho de base, perdeu sua conexão com a vida real das massas populares e com suas demandas e lutas cotidianas. Precisamos ser capazes de reconstruir esses vínculos e impulsionar um novo ciclo de mobilização social em nosso país. Nenhuma grande alternativa política de esquerda surge "a frio", no descenso.

O segundo desafio é ter um equilíbrio político na relação com a experiência do PT. Não construiremos algo novo com mais do mesmo, reeditando os caminhos do PT. Por isso é preciso romper com a estratégia do pacto e com a ilusão da "governabilidade" conservadora. Mas também não formaremos um novo campo político reproduzindo o antipetismo, sendo incapazes de dialogar com os acertos desta experiência e principalmente com os setores sociais ainda ligados a ela.

O caminho não é simples. Enfrentaremos contradições e obstáculos. Mas se, ao final, tivermos conseguido resgatar a esperança em torno de um projeto popular, radical e de esquerda terá valido a pena.



***Dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**

ELEIÇÕES 2016:

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



A VITÓRIA DO CONSERVADORISMO

José Paulo Netto *

As nossas últimas eleições ocorreram num contexto peculiar: particularizaram-nas, entre outros traços, a liquefação do PT, a veloz decomposição política do governo Dilma e a notável unanimidade da mídia monopolista na preparação/condução do golpismo parlamentar-institucional que enfim se consumou – ademais da saudável proibição formal do financiamento via empresas.

Penso que uma avaliação mais precisa e cuidadosa deste recente processo eleitoral ainda está por fazer-se. Parece-me, contudo, que dos seus resultados se extraem, sem quaisquer dúvidas, duas verificações. A primeira refere-se ao peso dos votos em branco e nulos e das abstenções. Recorde-se que, no primeiro turno, considerando-se as abstenções e os votos em branco e nulos,

em nove capitais o seu total superou a votação do candidato mais sufragado para o Executivo municipal. É evidente que só esta constatação basta para permitir o legítimo questionamento da representatividade dos eleitos.

A segunda relaciona-se à visível “dissonância” entre a articulação nacional dos principais partidos no processo que resultou no impeachment de Dilma (PSDB, DEM e a maioria do PMDB versus PT) e as coligações municipais. Marcos Coimbra (Vox Populi) observou que, no primeiro turno, o PMDB esteve coligado com o PT em 1.260 municípios, em outros 734 o PT e o PSDB marcharam juntos e em 723 fizeram o mesmo PT e DEM. Ainda que se levem em conta as particularidades das eleições municipais brasileiras, essa “dissonância” revela, nas direções partidárias próximas às bases, mais afinidades eletivas do que as suas cúpulas nacionais admitem

publicamente, sinalizando uma significativa convergência ideológica e programática no que Gramsci designava por “pequena política”. Uma vez que há consenso acerca da falência do atual sistema político-eleitoral e ninguém discorda da necessidade reformá-lo, com essas quatro agremiações (mais os seus satélites fisiológicos do resto do espectro partidário) no comando do Legislativo até 2018, já é possível prefigurar o gênero de “reforma política” que vem por aí.

Contudo, no que diz respeito a um balanço dessas eleições, mesmo provisório e aproximativo, parece-me que as forças de esquerda – das quais, na conjuntura própria dos últimos anos, excludo os segmentos dirigentes que regeram e continuam regendo o PT e o PCdoB, seu associado – estão presas ao impacto imediato das palavras-de-ordem. É desse impacto que decorre a generalizada ideia, na esquerda, de que a direita

cresceu e ganhou o embate eleitoral. Permito-me, até uma persuasiva argumentação diversa, discordar dessa ideia.

Não me parece que a direita cresceu eleitoralmente. O pensamento e a prática da direita têm fundas raízes na sociedade brasileira e expressam-se há muito; porém, nos últimos 20 anos, em especial recorrendo às mal chamadas “redes sociais”, a direita desenvolveu uma ofensiva ideológica sem precedentes. Não há que subestimar esta ofensiva nem seus efeitos; ao contrário, há que considerá-los na criação do caldo de cultura que engendram e suas consequências: os ovos da serpente fascista. A agressividade da direita é tão velha quanto ela mesma; o que se registrou nas recentes eleições é que ela encontrou condições favoráveis para apresentar-se sem disfarces, mostrar-se como é e disputar votos de peito aberto. Para o 2 de outubro, ela deixou de abrigar-se no interior do difuso e diferenciado campo conservador: pôs a cara na rua com sua retórica (e sua prática) francamente reacionária(s) – nessas eleições, a direita não se camuflou: no primeiro turno, apareceu como tal, sem pejo ou temor.

É óbvio que isso se liga a um fenômeno específico, de outra magnitude: a crescente ponderação do pensamento conservador (fenômeno, aliás, mundial) – sem dúvida, o conservadorismo, nas suas várias configurações, ganhou peso e significação maiores. Contudo, mesmo que em situações determinadas conservadorismo e reacionarismo se deem as mãos (e não só), como aliás se tornou visível nas campanhas para o segundo turno, é necessário não identificá-los sumariamente: há cortes relevantes entre eles. Nem sequer se pode equalizá-los remetendo-os esquematicamente ao que é genericamente referido como neoliberalismo.

Cresceu a gravitação do conservadorismo entre nós e a ambiência derivada deste crescimento permitiu à direita, individualizando-se e dele se aproveitando e distinguindo, expor a sua força eleitoral que, efetivamente, permanece minoritária (mas não residual). A meu juízo,

O PT enfim se mostra, também sem disfarces ou vernizes, um partido rigorosamente igual aos que representam as diferentes frações da grande e da pequena burguesia; não vai morrer, não vai acabar: simplesmente, esperneará e jogará (continuará jogando) o jogo dos outros, aos quais se nivelou

o verdadeiro vitorioso nos processos eleitorais de outubro foi o conservadorismo – num amplo e heteróclito leque de tendências, numa composição de elementos muito heterogêneos.

Ora, essa vitória do conservadorismo, nos seus vários matizes, aparece imediatamente para muitos como correlata a uma derrota da esquerda. A pergunta é: qual esquerda foi derrotada? A resposta dos conservadores (e da direita) é imediata: o PT e seus associados. Que estes foram derrotados, não há a menor dúvida. Mas não o foram somente pela força do conservadorismo – esta força foi potenciada pela prática política que o PT e seus associados implementaram desde o início do século XXI, prática especificada pela capitulação ideológica e pelo fisiologismo, cevados pelas posições que ocuparam no aparelho de Estado.

Essa esquerda – mais exatamente: essa pretensa esquerda – foi evidentemente derrotada. E não julgo que se há de lamentar essa derrota. Ela pôs termo ao tempo da maquiagem. O PT enfim se mostra, também sem disfarces ou vernizes, um partido rigorosamente igual aos que re-

presentam as diferentes frações da grande e da pequena burguesia; não vai morrer, não vai acabar: simplesmente, esperneará e jogará (continuará jogando) o jogo dos outros, aos quais se nivelou. Mas deixa, como sua herança principal, a falsa ideia de que a sua derrota foi a derrota da esquerda.

O Brasil estaria muito mal (ou, se se quiser: muito pior) se o PT e seus associados “de esquerda” constituíssem a esquerda brasileira. Não constituem. Do ponto de vista partidário, a esquerda entre nós é visivelmente pequena – pense-se no PSOL, no PCB e no PSTU. Mas o campo da esquerda social é mais, muito mais amplo: reúne expressivos movimentos sociais e abrange um largo espectro de instituições da sociedade civil – e, note-se, também de militantes e ativistas sociais que, por uma série de razões (objetivas e subjetivas) ainda estão vinculados a partidos “de esquerda”: não foi a totalidade do PT e dos seus associados que se degradou política e ideologicamente. Não só no PT e associados há militantes e ativistas de esquerda honrados: há-os também, em escala diversa, noutras agremiações (o PDT, o PSB, a Rede etc.).

Trabalhar com espírito aberto para aglutinar e organizar a esquerda social a partir das suas demandas é tarefa dos partidos realmente de esquerda. Simultânea e igualmente, é deles a tarefa de formularem um programa mínimo que unifique, sem pretensões hegemônicas, aqueles movimentos, aquelas instituições e aqueles militantes numa frente de esquerda (que, se for séria e para valer, deve distinguir-se nitidamente do consórcio comandado desde 2002 pelas cúpulas petistas) para intervir, com autonomia, mas articuladamente, nas lutas sociais e nos espaços institucionais.

Empenhando-se para realizar essas duas grandes tarefas, a esquerda brasileira tem futuro.

***Professor emérito da Escola de Serviço Social da UFRJ e membro do Partido Comunista Brasileiro/PCB**





DESAFIOS DA REORGANIZAÇÃO DA ESQUERDA BRASILEIRA

Juliano Medeiros*

As eleições municipais ensejaram diversas análises sobre os rumos da esquerda e as razões da acachapante vitória dos partidos associados ao golpe que conduziu Michel Temer à Presidência. A ideia de que o terreno perdido exigirá uma reconfiguração das forças progressistas encontra eco em muitas vozes. No entanto, a “reorganização da esquerda” pode ter distintos significados, a depender de como se interpreta a derrota que o impeachment de Dilma Rousseff e as eleições representaram para o campo popular.

Parece consenso que é chegada a hora de um ajuste de contas na esquerda. O fim do ciclo do PT – que se anunciava desde junho de 2013 e se concretizou tragicamente com o impeachment – abriu um período de definições estratégicas para as forças populares. Um processo de reconfiguração está em curso, dentro e fora de organizações tradicionais como partidos, sindicatos e entidades estudantis. No PT, o movimento “Muda PT” representa para seus integrantes a derradeira batalha para salvar o simbolismo e a representatividade que o partido ainda detém. Na Rede, as divisões chegaram a um limite insuportável, opondo a esquerda ao indecifrável projeto de Marina Silva. No PSOL, o crescimento do partido, que ocupou parte do espaço deixado pelo PT, exige definições sobre seu papel. Até o pequeno e monolítico PSTU sofreu os efeitos da pressão em favor da reorganização:

A reconfiguração da esquerda não se resume aos partidos. É fora da vida partidária que ela se processa de forma mais dinâmica.

O esgotamento do ciclo PT – que é mais do que o esgotamento de uma tática que envolveu centenas de organizações políticas e sociais em favor da conciliação de classes – já está em curso no âmbito dos movimentos sociais. O surgimento de novas lutas, sobretudo nas grandes cidades, e novas formas de intervenção política expressa um novo momento para a esquerda social

uma dissidência deixou a legenda, rejeitando a tática do “Fora todos”.

Mas a reconfiguração da esquerda não se resume aos partidos. É fora da vida partidária que ela se processa de forma mais dinâmica. O esgotamento do ciclo PT – que é mais do que o esgotamento de uma tática que envolveu centenas de organizações políticas e sociais em favor da conciliação de classes – já está em curso no âmbito dos movimentos sociais. O surgimento de novas lutas, sobretudo nas grandes cidades, e novas formas de intervenção política expressa um novo momento para a esquerda social. Iniciativas como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Passe Livre (MPL), ocupações de escolas em todo o país e o fortalecimento do movimento de mulheres contra o machismo e a violência, dos novos movimentos de contracultura e do ativismo digital de coletivos, como o Mídia Ninja, marcam o início de um novo ciclo. Isso não significa, é claro, que formas tradicionais de organização, como sindicatos, organizações de bairro ou entidades estudantis estão superadas. Mas mostra que terão de ceder espaço a novas formas surgidas de transformações que o Brasil e o mundo vivenciaram nos últimos 20 anos, reinventando práticas e formas de organização.

O impeachment de Dilma marca o fim de um ciclo. Poderíamos ir além. O golpe que levou Temer à condição de presidente representa o fim de dois ciclos. O primeiro é um mais geral, que começa com a Constituição de 1988.

O golpe representa a ruptura do pacto que permitiu, ao longo de quase 30 anos, alguma estabilidade política e a garantia mínima da progressiva ampliação das políticas sociais. Mesmo no auge do neoliberalismo dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), direitos foram ampliados, apesar do retrocesso representado pela reforma do Estado promovida. Ao congelar os investimentos públicos por 20 anos, destruir o já insuficiente sistema que regulava a exploração do petróleo e retomar um agressivo ajuste no sistema de Previdência, Temer implode o pacto que garantiu a estabilidade do regime nas últimas duas décadas e abre um período de luta aberta sobre os rumos do Estado.

Mas na esquerda também se encerra um ciclo. A hegemonia do PT e do bloco histórico que o sustentou desde os anos 80 chegou ao fim. O historiador Lincoln Secco, em livro sobre a história do PT, afirma que o partido viveu três momentos. O primeiro, marcado por um perfil radical em que liderava a oposição social à ditadura. O segundo é aquele em que o PT se consolida como oposição parlamentar

ao neoliberalismo, quando o partido se institucionaliza. O terceiro, que se inicia com a vitória de Lula, em 2002, é caracterizado pela ascensão do PT à condição de “partido de governo”. Nesta última etapa do processo de *aggiornamento* ao sistema político, o PT incorpora plenamente a estratégia do pacto de classes, isto é, de uma aliança reformista assentada no crescimento econômico com distribuição de “dividendos” para todas as classes. Com o impeachment e a implosão desse pacto, o partido e seu campo de aliados tendem a perder definitivamente a hegemonia sobre a esquerda brasileira.

Consideramos que há três tarefas fundamentais na reorganização da esquerda: a) balanço crítico da experiência do PT no governo; b) renovação programática; c) afirmação de uma nova forma de pensar a esquerda. Mas essas tarefas não poderão ser bem-sucedidas sem atores dispostos a encará-las. Será necessário um diálogo entre aqueles dispostos a enfrentar o momento de defensiva estratégica e dar novo sentido à luta por um instrumento político unificado.

Mesmo que os efeitos da ofensiva conservadora tenham sido devastadores, há um processo de resistência que favorece a reorganização da esquerda. Além de setores do PT e da Rede, outras organizações não-partidárias iniciam essa discussão. No âmbito dos movimentos sociais, novos atores são expressão de um ciclo pós-PT. Há ainda intelectuais críticos que não aceitam as promessas de renovação da velha esquerda e cobram reflexão sobre os rumos do campo popular e democrático, em favor de uma “nova esquerda” que se apresente já nas eleições presidenciais de 2018. No meio desse turbilhão está o PSOL.

Ele é o polo mais dinâmico da reorganização da esquerda e o partido mais em condições de enfrentar esse desafio. Isso se deve a algumas razões. O primeiro é o fato de ter mantido, ao longo de seus 11 anos, uma crítica à conciliação de classes do PT. O PSOL é visto como partido coerente, capaz de manter-se fora do poder para conservar princípios. Além disso, a posição que assumiu durante o impeachment, quando seus militantes e suas figuras públicas se engajaram na luta contra o golpe, permitiu ao PSOL conectar-se com o mais importante movimento de massas ocorrido desde junho de 2013. Para os milhares que tomaram as ruas contra o golpe, foi visto como um partido capaz de deixar diferenças de lado para unir forças em favor de um objetivo maior. Por fim, vivendo toda a sua existência fora da dinâmica do Estado, compreende melhor a dinâmica dos novos atores que emergiram na última década. Estes últimos têm empatia com o partido e muitos deles concorreram pelo PSOL nas eleições deste ano. Portanto, se o partido se colocar à altura do momento histórico, pode se tornar a “expressão natural” de uma nova síntese para essa esquerda que está se formando. Mas, para tal, será necessário responder às inadiáveis tarefas que mencionamos neste ensaio.



* Doutorando em ciência política (IPOL/UnB) e presidente da Fundação Lauro Campos.



LULA/MARQUES/AGPT

RESISTIR PARA AVANÇAR

Milton Temer*

Um espectro ronda a realidade política brasileira.

É o espectro de uma direita reacionária, antissocial, conquistando amplos espaços na disputa da hegemonia do poder político e social.

Dos truculentos fascistas aos tucanos e demos, porta-vozes mais sofisticados do grande capital, passando pela mediocridade perigosa dos pentecostais fundamentalistas, os caminhos distintos não excluem o ponto de unidade: a eliminação do pensamento ideológico reformista e revolucionário na realidade política brasileira.

Ou seja, a despeito da instabilidade legal e da ilegitimidade do governo golpista do PMDB, no curto prazo pelo menos um sucedâneo não será da esquerda. Mas sim de uma das variáveis dessa direita. Nesse contexto, a pergunta se impõe.

Como chegamos a isso, passados 14 anos da eleição de um operário, líder de um dos maiores partidos socialistas do planeta, à Presidência da República?

Tudo pode ser sintetizado, acredito, na retomada de uma reflexão de Radomiro Tomić, democrata-cristão chileno da melhor cepa, se sublevando contra a aliança em andamento entre seu partido e a direita fascista, visando à derrubada do governo Allende: "Toda vez que uma força democrática, progressista, se alia com a direita, é a direita



ROVENA ROSA

quem ganha".

A quartelada genocida de Pinochet comprovou a sábia premonição meses depois, alvejando inclusive os democratas-cristãos.

A incontestável opção por um pacto conservador de alta intensidade (na definição de André Singer, porta-voz de Lula no primeiro mandato, em seu "Os sentidos do lulismo"), e que está na raiz de tudo, comprovou, no Brasil, a razão do saudoso parlamentar chileno.

Da nomeação de Henrique Meirelles à presidência do Banco Central, com status de ministro, à aliança espúria com a escória do pior PMDB, um rosário de atos degradantes do programa que levou o PT ao Planalto se registrou.

Para além de malfeitos éticos e a despeito

de as reformas estruturais progressistas essenciais não terem sido sequer insinuadas, Lula impôs uma cooptação da cúpula partidária e dos movimentos sociais a ela atrelados a um conceito bizarro. Foram todos condicionados a apoiar uma "governabilidade possível", fazendo com que se esquecessem dos critérios implacáveis da luta de classes.

Se durante algum tempo o embuste foi neutralizado pelos altos preços das *commodities* no plano internacional, quando políticas compensatórias pouco pesavam diante do lucro pantagruélico dos especuladores financeiros, o que restou para o período de vacas magras, consequência da crise econômica internacional resiliente, foram a desindustrialização acentuada do país, o desemprego e a recessão.

Esse roteiro só podia resultar na tragédia que o povo trabalhador vê anunciada a partir do golpe do impeachment.

Golpe, aliás, ocorrido não porque Dilma tenha posto em prática o que prometera em campanha, optando por tomar lado pelo mundo do trabalho, no confronto com o grande capital.

Golpe por ela ter comprovado, na prática, ser incapaz de aprovar aquilo que hoje está sendo consolidado pelo mesmo Henrique Meirelles, referencial de Lula.

E não foi capaz por uma razão.

As bases social e partidária não entubariam mais recuo vil e transformismo bastardo. Já haviam cedido demais anteriormente e não tinham como defender para si mesmas as atrocidades então tentadas.

Mas o concedido antes era pouco diante do que ansiavam os maganos diante do avanço da crise mundial.

A PEC do teto de gastos, o desmonte letal da seguridade social pública e a flexibilização definitiva das leis do trabalho eram demasiado. Dilma não tinha condição de propor.

Tratava-se então de trocar de capatazia. E colocar no Planalto a tribo perigosa onde indício de improbidade é marca de todos.

Como, enfim, recuperar a esperança frustrada? Como superar o ceticismo consequente e renascer no pântano ideológico resultante desse processo predatório de princípios e ideologia?

A resposta é única: reconhecer que um caminho de resistência se apresenta para que possamos avançar.

Tal resistência só pode resultar de uma ação coordenada dos partidos da esquerda combativa com os movimentos sociais. Nas

ruas e nos locais de trabalho. Nas escolas e na universidade. Nas manifestações e nas greves inteligentes.

Mas compreendendo algo fundamental da nova etapa: a luta sai agora da melhor forma de gerir o município para a discussão concreta de modelo de sociedade. E, nesses

A PEC do teto de gastos, o desmonte letal da seguridade social pública e a flexibilização definitiva das leis do trabalho eram demasiado. Dilma não tinha condição de propor. Tratava-se então de trocar de capatazia. E colocar no Planalto a tribo perigosa onde indício de improbidade é marca de todos

termos, assumindo o eixo ideológico de um partido anticapitalista, onde a referência de combate não pode ser apenas a da soma aritmética de lutas setoriais.

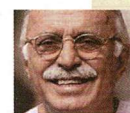
Combater o racismo, a homofobia, ou o machismo de forma setorial e isolada é luta

inglória. E fadada ao fracasso, pois na raiz de cada um desses itens dramáticos está o do regime que os estimula – o regime fundado na manutenção da desigualdade social, da diferença e do antagonismo de interesses entre o mundo do trabalho e os objetivos predatórios e egoístas do grande capital.

Na raiz está o regime capitalista.

Mais ainda: tal ação deve desemboçar na campanha eleitoral decisiva de 2018, onde a coligação PSOL-PCB vai precisar se enfrentar com a cláusula de barreira, superá-la e garantir com mais força o papel fundamental que nossa bancada hoje desenvolve no Congresso Nacional. Espaço da burguesia, é verdade, mas onde nossa presença se faz fundamental, desde que chegando lá, não por conta de cartas que dizem o que a direita quer ouvir. Mas, sim, pela afirmação de valores por caminhos eficazes, capazes de recuperar os que se desesperaram com o PT e optaram por se afastar.

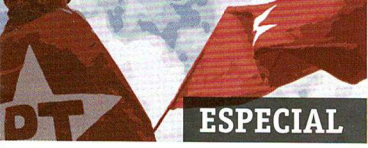
Luta que segue, portanto.



*** Integrante do Diretório Nacional do PSOL**



ROVENA ROSA



O FIM DE UM CICLO, A RECONSTRUÇÃO DA ESQUERDA E O DILEMA ECONÔMICO

Paulo Passarinho*

A atual quadra da história brasileira combina, de forma grave, indefinições e crises - de natureza econômica, política, social e institucional - que se sobrepõem e se retroalimentam. Não é de fato uma crise qualquer: é o resultado de mais de 20 anos de hegemonia do liberalismo financeiro.

Há, ainda, uma variável que torna mais complexa a situação que vivemos. Trata-se do profundo desgaste e desmoralização que o lulismo produziu para o PT e seus aliados, e que acaba não se restringindo exclusivamente às siglas envolvidas nas administrações de Lula e Dilma. Ao contrário, esse foi um processo que deixa sequelas para toda a esquerda, desarmando os trabalhadores - ou os enfraquecendo - em um momento de plena ofensiva da direita.

O lulismo abandonou a ideia de um necessário processo de transição entre o modelo econômico inaugurado no país a partir do Plano Real, nos anos 1990, e uma plataforma de reformas democráticas e populares. Alimentou a ilusão de construir um pacto social em torno do modelo de economia baseado justamente nos interesses do sistema financeiro, em especial bancos e multinacionais. Por esse caminho, o



FERNANDO FRAZÃO / AGÊNCIA BRASIL

lulismo nos manteve atrelados à liberalização financeira.

Essa foi a razão para, logo após a sua vitória eleitoral de 2014, Dilma ter optado por uma terapia ortodoxa - e irresponsável - para enfrentar as dificuldades econômicas em curso, e que acabou por nos jogar na recessão de 2015/2016. Naquele momento, premida pelas investigações da Operação Lava-Jato, a presidente, com o total apoio e inspiração de Lula, considerou que essa era a opção, sob o ponto de vista político e econômico, mais segura - e absolutamente equivocada! - para aquele momento. Reproduziam o que já havia sido feito em 2002/2003, na busca da "confiança" junto aos setores dominantes.

O resultado dessa operação é conhecido: recessão econômica, pauta de contrarreformas novamente na ordem do dia e o rápido desgaste que acelerou o próprio fim do governo de Dilma, com o golpe da maioria parlamentar, através do apoio da mídia, de setores do Judiciário e da elite econômica.

A conjuntura pós-golpe, portanto, expõe os trabalhadores e o povo pobre de uma maneira cruel. As classes dominantes não dispõem propriamente de uma solução ao dilema econômico. A terapia liberal e ortodoxa busca apenas, em meio às graves incertezas geradas pelo modelo em curso, consolidar e ampliar as posições relativas dos setores dominantes: controlar parcelas ainda maiores do orçamento público; reduzir o custo do trabalho; e abrir a oportunidade de novos negócios. A PEC que congela gastos primários da União, por 20 anos; as contrarreformas trabalhista e previdenciária; ou a nova regulação para a área do pré-sal são as melhores expressões desse ataque não somente aos trabalhadores, mas aos próprios interesses nacionais, de acordo com as necessidades da maioria do povo.

E a esquerda que não se rendeu e não se vendeu precisa disputar uma alternativa junto ao povo, recuperando a capacidade de ser protagonista e defensor de uma nova ordem econômica, social e política, oferecendo respostas às



RAFAEL MATSUNAGA

grandes questões nacionais.

No campo econômico, o principal desafio - para encontrar um caminho que traduza a palavra desenvolvimento, de acordo com as imensas carências materiais da nossa população - é encarar nossa condição de economia dependente, subalterna no jogo da globalização financeira. Somente por um caminho alternativo a essa realidade poderemos enfrentar o nosso subdesenvolvimento estrutural, não somente no campo econômico, mas na nossa própria condição política, social e cultural.

E para tanto não há alternativas. O modelo dos dados e das multinacionais terá de ser derrotado. Terá de ser substituído por outro que coloque na ordem do dia uma política de desenvolvimento baseada na defesa da economia nacional, no fortalecimento do Estado e na redução de nossas vulnerabilidades externas, com o objetivo de defender o mundo do trabalho e fortalecer o sistema estatal de proteção e promoção social.

Mas, para tanto, é necessário que a própria base da política macroeconômica herdada dos anos 1990 seja também superada. Recuperar a autonomia da nossa moeda frente ao dólar, estabelecendo um regime cambial de defesa do parque produtivo nacional; adotar uma política fiscal expansionista e voltada para o incremento da oferta de bens e serviços,

especialmente a partir do investimento nos serviços sociais do Estado e na infraestrutura logística do país; administrar a dívida pública com taxas reais de juros reduzidas e prazos mais longos para o vencimento dos títulos; além de uma profunda alteração da ordem tributária - deslocando a maior incidência dos tributos para a taxaço, via impostos diretos, sobre a renda e as propriedades dos mais ricos seriam medidas essenciais para o estabelecimento de uma nova ordem econômica, baseada no incentivo à produção, na valorização do trabalho e no aumento do grau de nacionalização da economia.

A ofensiva que os setores dominantes articulam contra os trabalhadores e os pobres deve ser respondida, no campo da política e da economia, com a denúncia e o combate à economia política dos ricos e a defesa de uma nova ordem financeira e econômica, de corte nacionalista e popular.

Sem isso, o Brasil continuará preso às exigências do imperialismo e da subalternidade de uma burguesia predatória, antinacional e antipopular.



*Economista e apresentador do programa Faixa Livre.

OS DESAFIOS DO PSOL NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESQUERDA

Roberto Robaina*

Israel Dutra**

Quais os rumos para uma esquerda verdadeira no Brasil? Este debate vai adentrar o ano que se aproxima, numa coincidência simbólica: estaremos completando cem anos da Revolução Russa.

O segundo turno das eleições municipais não alterou o quadro desenhado no primeiro. A direita venceu. Felizmente, a vida não se resume ao resultado eleitoral. Mas este, ainda que não diga tudo, é um espelho, mesmo que distorcido, da vida social e política. E, num caso específico, não houve distorção: a derrota do PT foi histórica. O ciclo de sua hegemonia na esquerda terminou.

Outra marca das eleições foi a descrença no regime político expresso nas abstenções e nos votos nulos e em branco.

O encerramento do ciclo do lulismo foi a falência do projeto de colaboração de classes. A partir da derrota de Lula em 1989, a Articulação, com Dirceu e Lula como chefes, deu bases para um giro estratégico, num pacto com a burguesia que marcaria o PT à frente da Presidência. A ascensão do neoliberalismo deu bases objetivas para dificultar a continuidade



CLAUDIO ZAMBONI/FLC

de uma política classista. Mas o PT sucumbiu e aceitou ser a ala esquerda do regime burguês.

Durante uma parte dos 13 anos de governo, um período de crescimento do capitalismo e do boom exportador, permitiu a combinação de concessões parciais à classe trabalhadora com uma política de defesa das grandes empresas e bancos. Com a cooptação de dirigentes sindicais, o PT foi levado a dirigir o país apoiado na lógica da conciliação entre patrões e trabalhadores. Esse foi o sentido fundamental do lulismo. Porém, sem resolver gargalos estruturais e ficando cada vez mais dependente de estruturas viciadas e corruptas do regime, os ciclos econômicos cobraram seu preço. O capitalismo mostrou uma vez mais que tira com uma mão o dobro do que pode dar com a outra.

Esta realidade não é apenas do Brasil. Na América Latina, o ciclo de governos ditos progressistas também vive um esgotamento. E, aqui, é importante separar projetos diferentes. Conviviam duas “esquerdas”: uma de cunho social-liberal, com o PT, os Kirchner na Argentina e Bachelet no Chile; outra com um projeto mais independente e democrático, os governos bolivarianos de Venezuela, Bolívia e Equador, com Chávez como líder, que foram além, impondo regimes mais democráticos.

Mas por que um partido que foi a expressão do principal ascenso democrático do continente sofreu derrota tão brutal?

Houve adaptação à lógica do regime, apostando no acúmulo de cargos na institucionalidade e na estratégia de colaboração de classes. Esse processo ganhou peso com a influência do PT sobre prefeituras, governos estaduais e demais aparelhos de Estado.

A aliança com José Alencar, megaempresário do ramo têxtil, trouxe a fórmula “o operá-

rio e o patrão de que o Brasil precisam, juntos” na eleição de 2002. A famigerada “Carta ao povo brasileiro” foi o aceno programático para os “mercados”, o imperialismo e os grandes capitalistas.

O principal acerto do núcleo fundador do PSOL foi compreender a “Carta” como sintoma de que o governo Lula teria caráter social-liberal. O sociólogo Chico de Oliveira chamou a atenção, ainda, para outro: a presença de dirigentes que enriqueciam com esquemas dos fundos de pensão. O que a operação Lava-

A aliança com José Alencar, megaempresário do ramo têxtil, trouxe a fórmula “o operário e o patrão de que o Brasil precisam, juntos” na eleição de 2002. A famigerada “Carta ao povo brasileiro” foi o aceno programático para os “mercados”, o imperialismo e os grandes capitalistas

-Jato revela é fruto dessa relação. O PT e parte do seu núcleo dirigente construíram uma máquina a serviço de seus interesses como casta.

Isso confundiu as bandeiras da esquerda com o que de pior há na política: luta suja pelo poder, corrupção, enriquecimento, privilégios e perda de referenciais.

A existência do PSOL é, porém, um marco histórico. Ela nos dá chance de seguir depois do terremoto.

As Jornadas de Junho são a força e a vitalidade social que alimentaram a ideia de que é

possível conquistar e lutar nas ruas.

Tivemos nas eleições de 2014 - com Luciana Genro - a chance de erguer nacionalmente o PSOL em defesa dos direitos civis. Nosso desafio é avançar na construção de um plano econômico e social alternativo e fortalecer uma nova esquerda.

Sem o PSOL não haveria hipótese de reorganização. Nem de recomeço.

O reforço de nossas bancadas, a entrada de líderes da Primavera Feminista nas câmaras municipais, os mais de um milhão de votos em Freixo no Rio e nossa presença no segundo turno em Belém e Sorocaba demonstram vitalidade. Agora, como parte integrante da reorganização da esquerda, o PSOL precisa dialogar com diferentes atores e sujeitos.

As opções de direita não respondem aos interesses do povo. É claro que justamente por aplicarem e defenderem o ajuste econômico, tal como a PEC dos gastos, as classes dominantes as apoiam e, em particular, o governo Temer é por esta razão respaldado. Mas nem tudo está sob controle. As delações premiadas e a Lava-Jato mantêm ainda um grau de imprevisibilidade e podem revelar mais de suas tenebrosas transações. E, sobretudo, as lutas do povo enfrentarão os

projetos da direita e seus governos e podem mudar a situação. As ocupações que percorrem o Brasil mostram o caminho. Abre-se, assim, espaço para a esquerda autêntica.



*** Integrante do Diretório Nacional e vereador eleito em Porto Alegre**



**** Membro da Executiva Nacional**

O DESMONTE DO ESTADO BRASILEIRO

LULA MARQUES/AGPT





MARCELO CAMARGO / AGENCIA BRASIL

Denise Lobato Gentil*

O Brasil está se desintegrando. A sensação é de que o desmonte do Estado brasileiro parece não ter fim. Para a classe trabalhadora esse processo, que tinha marcha mais lenta cinco anos atrás, adquiriu ritmo alucinante em 2015 e 2016.

Este desfecho, dramático sob múltiplos aspectos, remonta a 2011, o primeiro ano do governo da presidente Dilma Rousseff, quando ocorreram, simultaneamente, o agravamento do cenário externo e a reorientação da política macroeconômica no plano interno. Reunir alguns traços fundamentais da política fiscal do período recente pode ser um posto de observação estratégico para fazer a crítica ao modelo de intervenção do Estado na economia. Havia no governo Dilma uma marcante opção por deixar que o dinamismo da economia fosse conduzido pelo capital privado, fazendo fortes recuos no papel do Estado como agente condutor do crescimento. A política fiscal de contenção do investimento público, o superpacote de desonerações tributárias, o favorecimento explícito ao capital privado nas áreas de saúde e educação e as parcerias público-privadas (PPPs), que na verdade eram privatizações, foram elementos indicativos do novo perfil do Estado.

O pacote de leilões de infraestrutura iniciado em 2012 teve o BNDES na função fundamental de financiador dos futuros concessionários. No

O Brasil está se desintegrando. A sensação é de que o desmonte do Estado brasileiro parece não ter fim. Para a classe trabalhadora esse processo, que tinha marcha mais lenta cinco anos atrás, adquiriu ritmo alucinante em 2015 e 2016

setor de rodovias, houve privatização de 4,89 mil km em 2014. Em 2015, foram privatizadas seis rodovias e estavam previstos mais 16 leilões de trechos de estradas até 2018. No programa de privatização seis grandes aeroportos federais foram vendidos – Natal, Brasília, Guarulhos, Campinas, Rio de Janeiro (Galeão) e Confins – e mais quatro estavam em vias de serem privatizados – os de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre. A realização dos leilões de estradas e aeroportos foi interrompida pelo processo de impeachment da presidente, mas já estavam agendados. Na área de portos, a rodada de leilão se deu em três áreas

(Macuco, Paquetá, Ponta da Praia), todas no porto de Santos. Em seguida, mais 29 terminais distribuídos entre os portos de Santos (9) e do Pará (20) deveriam ser privatizados.

O setor de petróleo também passou por privatização. O primeiro leilão do pré-sal se deu no campo de Libra, realizado em 2013, apesar dos protestos. Teve como vencedor um consórcio formado pela Petrobras, duas empresas chinesas (CNPC e CNOOC), uma anglo-holandesa (Shell) e uma francesa (Total). Mas o pior estava por vir. Em 2016, foi aprovado um projeto de lei no Senado, proposto pelo senador José Serra, que, sob a justificativa de que a Petrobras não tem capacidade de promover os investimentos futuros no pré-sal, eliminou a obrigatoriedade de que a estatal seja a operadora única. O Brasil perdeu a soberania sobre o petróleo. Mais ainda: a mudança abre o mercado nacional aos produtos e serviços estrangeiros e, muito provavelmente, destruirá o acúmulo de conhecimento e tecnologia brasileiros.

Na área da saúde a política de privatização envolveu ampla desoneração tributária em favor de empresas do setor. O volume da renúncia de receitas alcançou R\$ 118,4 bilhões entre 2011 e 2015 e se destinou a financiar empresas, quando poderia estar sendo direcionado ao SUS, privando milhares de brasileiros da ampliação da cobertura de atendimentos e da melhor qualidade nos serviços. Os gastos federais com saúde mantêm-se estagnados

na média de 1,5% do PIB desde 2007, apesar do crescimento populacional. Essa política de sucateamento do SUS empurra as pessoas para os planos de saúde privados, na expectativa de receber um serviço que não é coberto pelo Estado, o que caracteriza um processo de privatização mal disfarçado.

Na área de educação, o patrocínio do governo às empresas privadas é de enorme generosidade. Medidas como a autorização de abertura de novas instituições privadas, a expansão do financiamento estudantil (Fies), a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) e o estímulo à educação a distância demonstram a política de crescimento de vagas em escolas particulares em detrimento das vagas públicas. O gasto público federal na área da educação superior limita-se ao baixo patamar de 1,2% do PIB ao ano, nível igual ao do gasto do governo com assistência social, equiparando a educação superior às políticas de transferência de renda.

A partir de 2013, a situação fiscal do país se agravou. O superávit primário começou a cair até se transformar em déficit primário nos anos de 2014 e 2015. A dívida líquida do se-

tor público inverte a tendência de queda que vinha experimentando desde 2003 e passa a crescer nos anos de 2014 e 2015. A equipe econômica do governo Dilma reforçou a interpretação de que a austeridade fiscal era única alternativa viável para conduzir o país a uma trajetória de recuperação do processo recessivo. Além disso, havia necessidade de responder às críticas cada vez mais fortes da oposição política ao governo.

No dia 31 de dezembro de 2014, logo após a reeleição da presidente, conquistada com base no apoio popular e promessas de manutenção das políticas sociais, foi publicada a Medida Provisória nº 664. Essa MP trouxe alterações na aposentadoria por tempo de contribuição, redução na pensão por morte, mudanças no auxílio-acidente e no auxílio-doença e, principalmente, diminuição no número de parcelas do seguro-desemprego. As medidas de corte de gastos implicaram o sacrifício da renda dos trabalhadores, o que evidenciava que haveria, sim, austeridade, mas estava dirigida a uma determinada classe social. Em seguida, começou a ser esboçada, nos estertores do governo Dilma, a proposta de congelamento dos gas-

tos, como tradução da total e definitiva capitulação ao discurso conservador do mercado financeiro. Nasceria, ali, o embrião da PEC 241.

A PEC 241 COMO VERSÃO RADICAL DA POLÍTICA NEOLIBERAL

A PEC 241 (agora PEC 55, no Senado) é o ponto máximo do processo de desmonte do Estado brasileiro. Ela pretende congelar o gasto do governo federal nos valores do ano de 2016 por um período de 20 anos. O governo objetiva conter o crescimento dos gastos para supostamente reduzir a dívida pública e, assim, retomar o crescimento da economia pela conquista da confiança do mercado na solidez das finanças federais. Ironicamente, a articulação da votação da PEC na Câmara foi feita num jantar oferecido por Temer, para mais de 200 parlamentares, num total de mil convidados, que, segundo a imprensa, custou nada menos que R\$ 30 milhões!

A PEC 241 trará destruição econômica e social. É provavelmente a mais violenta versão de uma política neoliberal jamais vista em país algum. Trará destruição econômica porque,



MARCELO PINTO

contrariamente ao pretendido, não afetará favoravelmente as expectativas do mercado. Ao contrário, irá gerar recessão devido à queda relativa do gasto do Estado. Grande parte do gasto da União é com consumo e transferências às famílias. Como a população tende a crescer à taxa de 0,8% ao ano, a inevitável queda desses itens (tanto em termos per capita como em relação ao PIB) reduzirá o consumo das famílias, o que provocará diminuição brusca no PIB e do investimento agregado. Ao contrário do que diz o governo, não há qualquer chance de o investimento das empresas se elevarem; o mais provável é que os empresários se sintam desestimulados pelo fraco desempenho da economia. Com a queda do PIB, a arrecadação de tributos será cada vez menor, fazendo com que o déficit se agrave. A PEC 241 tem, na verdade, três objetivos imediatos: 1) continuar reduzindo salários, porque o desemprego forçará a queda da renda dos trabalhadores; 2) desconstruir o sistema de proteção social desenhado na Constituição de 1988; e, 3) assegurar e reforçar a renda dos proprietários de títulos públicos, porque não há nessa PEC 241 qualquer limitação ou congelamento de gastos com juros da dívida pública. Há um enorme favorecimento aos bancos e à acumulação financeira patrocinada pelo Estado. O objetivo da PEC é muito mais amplo do que a mera contenção dos gastos.

É preciso destacar que, em nenhum momento, o governo Temer procurou oferecer uma saída que implicasse a elevação das receitas para controlar o déficit público sem precisar cortar gastos sociais. Nada foi providenciado com relação à revisão das desonerações tributárias estruturais, que em 2015 alcançaram R\$ 282 bilhões. Nada é feito para cobrar e recuperar o estoque da dívida ativa previdenciária junto aos devedores de impostos que, segundo dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip), no ano de 2015 alcançou R\$ 350,7 bilhões e apenas 0,32% foi recuperado. Nada é proposto para que os dividendos

Temer está vocalizando para a população que é intolerável para seu governo reduzir a fome, a pobreza e a desigualdade. Por outro lado, legitima e expande o poder dos proprietários de riqueza financeira. A PEC 241 abriu guerra entre as classes sociais pela apropriação dos recursos do Orçamento público e isso poderá se tornar o ponto de virada para que, no meio de tão grande adversidade para a classe trabalhadora, surja a renovação e o vigor para a luta pela democracia

distribuídos às pessoas físicas, hoje isentas de Imposto de Renda, sejam tributados.

A PEC 241 é um projeto de redução drástica e brutal da intervenção do Estado na economia. Como nos próximos 20 anos o número de idosos vai se elevar por questões demográficas, fazendo com que a despesa previdenciária cresça, vai haver menos recursos para os demais gastos com saúde, educação, Legislativo, Judiciário, defesa nacional, segurança, ciência e tecnologia etc., o que não é obviamente factível de ser implementado, porque significará a pulverização dos recursos.

Estudo recente do IPEA demonstra que somente a área da saúde irá perder R\$ 743 bilhões em 20 anos. Basta observar o estado atual da saúde pública no Brasil para imaginar o pesadelo que a população sofrerá. O governo também estará decretando o velório das universidades públicas. O ensino superior vinha se democratizando com a abertura de mais vagas, implantação de novos campus, adoção do sistema de cotas e ampliação do número de bolsas. O corte de verbas vai desmontar o que foi timidamente erguido nos últimos anos e comprometerá as pesquisas científicas e tecnológicas, inviabilizando o desenvolvimento econômico futuro do país.

Temer está vocalizando para a população que é intolerável para seu governo reduzir a fome, a pobreza e a desigualdade. Por outro lado, legitima e expande o poder dos proprietários de riqueza financeira. A PEC 241 abriu guerra entre as classes sociais pela apropriação dos recursos do Orçamento público e isso poderá se tornar o ponto de virada para que, no meio de tão grande adversidade para a classe trabalhadora, surja a renovação e o vigor para a luta pela democracia.



***Doutora em economia, professora e pesquisadora do Instituto de Economia da UFRJ**

A agenda da reforma educacional e o Estado em disputa

Andrea Caldas*

O debate atual em torno da reforma do Ensino Médio, evidenciado de forma mais ampla através dos protestos dos estudantes, que se espalharam nas ocupações de escolas e universidades, expõe uma complexa teia de interesses e projetos que disputam, não apenas o desenho curricular, mas o projeto de desenvolvimento a ele relacionado.

Gramsci já afirmara que cada tempo histórico define um princípio educativo para o projeto de sociedade pretendido ou demandado, o que, por certo, envolve embates no campo de classe.

Assim é que nos anos 40, através da Reforma Capanema do governo Vargas, o chamado Ensino Secundário previa a divisão em ramos distintos (agrícola, comercial, normal, científico e clássico) e estabelecia que somente os alunos oriundos do clássico ou do científico poderiam disputar vagas no Ensino Superior. Os demais obteriam a terminalidade e deveriam dirigir-se ao mercado de trabalho. Era a chamada dualidade estrutural que distinguia, claramente, a preparação para o mercado de trabalho ou para o Ensino Superior, buscando atender à



divisão requerida pela indústria emergente, calcada no modelo taylorista de organização do trabalho.

Na ditadura militar, o agora denominado Segundo Grau foi, também, objeto de especial interesse e estabeleceu, através da Lei 5692 de 1971, a profissionalização compulsória. Buscava responder a uma nova etapa da industrialização do país, mais complexa e especializada, e ao mesmo tempo tentar conter a pressão pelo ingresso no Ensino Superior, palco de fortes tensões e reivindicações no primeiro período do regime.

O que parecia ser um projeto articulado de integração da escola ao mercado de trabalho acabou por esbarrar nos limites de financiamento da escola pública, de um lado, e, de outro, na cultura academicista da classe média e das elites que não pretendiam uma formação técnica para seus filhos e, sim, um título de “doutor”.

Se a intenção declarada do projeto era unificar o ensino e, supostamente, democratizar a oferta para além das origens de classe, a aplicação concreta da lei acabou por repor a dualidade estrutural. O que ocorreu, de fato, é que os colégios particulares continuaram a ofertar um curso voltado à preparação para o vestibular, ainda que nominalmente os cursos fossem profissionalizantes.

Já as escolas públicas ofertaram o que o financiamento público possibilitava. A maior parte delas teve de optar por cursos mais baratos, como auxiliar de escritório, secretariado e carreira do magistério. Ou seja, nem preparavam para o vestibular, nem para as demandas de mercado. A exceção ocorreu nas escolas técnicas federais, que obtiveram mais recursos e puderam desenvolver cursos mais bem equipados e com profissionais mais especializados.

O diagnóstico da inadequação desta etapa de ensino e a sua elitização foi objeto dos debates em torno da Constituição de 88 e da

Se é verdade que o mercado nunca esteve ausente da disputa dos rumos educacionais do país, é possível perceber que, em determinados contextos, esta influência torna-se mais explícita e agressiva. Não é um fenômeno novo que as chamadas fundações empresariais de educação busquem pautar iniciativas da política educacional, contudo algumas estratégias mais articuladas passaram a ser adotadas nos últimos tempos

nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

Ainda que o processo de elaboração da LDB tenha sido pautado por fortes disputas, prevaleceu, no texto final, a concepção do Ensino Médio unitário. Ou seja, uma formação voltada para a preparação básica para o trabalho, a cidadania do educando, a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

A letra da lei deixa claro que a profissionalização - se ocorrer, nesta etapa - deve representar um acréscimo de conteúdos e tempo escolar e não uma abreviação. Desta forma, buscava-se garantir que todos os estudantes tivessem acesso aos conteúdos fundamentais das várias áreas de conhecimento.

Contudo, de novo, não houve provimento de recursos necessários e o Ensino Médio terminou por manter a divisão entre cursos de formação geral, em sua maioria, e alguns poucos cursos de preparação profissional.

No limiar do século XXI, a dualidade e a

elitização se repetiam, agregando uma preocupante retenção dos jovens no ensino fundamental e uma crescente evasão no Ensino Médio.¹

Foi a partir destas preocupações que o último Plano Nacional de Educação (PNE) - resultante dos debates nas conferências de educação e no Congresso Nacional - dedicou várias de suas metas e estratégias para esta etapa de ensino e para a faixa etária de jovens que deveriam estar no Ensino Médio, mas estão fora da escola ou ainda no Ensino Fundamental. Buscou-se, então, a ampliação da taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%; a elevação da escolaridade média da população de 18 a 29 anos para no mínimo 12 anos de estudo; e a ampliação das matrículas de educação profissional técnica, na esfera pública.

1 Estimava-se que 1,6 milhão de jovens de 15 a 17 anos estejam fora da escola e entre os que frequentam a escola, 59,5% estão matriculados no Ensino Médio. A escolaridade média da população de 18 a 29 anos, no campo, é de 7,9 anos de estudo, entre os 25% mais pobres é de 8,1% e entre os negros, de 9,2%. (IBGE)



ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

Ressalte-se que o PNE é elaborado em um contexto de crescimento econômico do país e relativo otimismo com a agenda do desenvolvimento. Este mesmo texto legal consignou a ampliação do financiamento da educação para 10% do PIB, estabelecendo como fontes adicionais os recursos do fundo social do Pré-Sal e dos royalties do petróleo.

Além do PNE, iniciativas do governo federal como a criação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e o Pronatec – Programa Nacional de Educação Técnica – norteavam a projeção de um cenário de crescente formação média e tecnológica para dar conta dos desafios econômicos e sociais do Brasil.

Se é verdade que o mercado nunca esteve

ausente da disputa dos rumos educacionais do país, é possível perceber que, em determinados contextos, esta influência torna-se mais explícita e agressiva.

Não é um fenômeno novo que as chamadas fundações empresariais de educação busquem pautar iniciativas da política educacional, contudo algumas estratégias mais articuladas passaram a ser adotadas nos últimos tempos.

O caso mais emblemático é o do Todos Pela Educação (TPE), conglomerado de fundações empresariais,² criado em 2006, com o objetivo expresso de “engajar o poder públi-

2 Fazem parte do movimento Todos Pela Educação o Instituto Gerdau, Grupo Pão de Açúcar, Itau Social, Susano Holding, Fundação Bradesco, Grupo D’Paschoal, Fundação Roberto Marinho, Instituto Airton Senna e Instituto Unibanco.

co e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.” (<http://www.todospelaeducacao.org.br>)

Tendo como um dos sócios fundadores, o então ministro da educação, Fernando Haddad, o TPE teve um papel proeminente na definição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula, espécie de plano governamental para a área.

Também de forma localizada, a Fundação Lemman, o Instituto Airton Senna, o Instituto Unibanco e outros passaram a firmar parcerias ou a buscar influenciar programas governamentais nas mais diversas áreas.

Para além desta estratégia de integração e influência, o campo empresarial começou a organizar mais intensamente iniciativas

independentes para a formulação de propostas e a definição da agenda educacional, no governo e no parlamento.

Assim, no caso do Ensino Médio, enquanto o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação buscavam articular-se com as universidades e com movimentos dos educadores para definir as diretrizes curriculares (Resolução do CNE 2 de 2012), o redesenho curricular e a formação de professores (Pacto Nacional pelo Ensino Médio, 2013), assim como outras pesquisas independentes, eram realizadas pelas fundações e ONGS (Fundação Lemman, Instituto Unibanco, Porvir, Fundação Civita) para identificar desafios e apontar soluções.

Destas pesquisas financiadas pelas fundações começam a emergir algumas pautas, tais como a redução do número de disciplinas, o período integral, a prioridade para língua portuguesa e matemática, a flexibilização dos currículos e a profissionalização ("Projeto de Vida", Fundação Lemman; "Crise de Audiência do EM", FGV e Instituto Unibanco; "Nossa Escola em (Re)Construção", Porvir).

São estas ideias que influenciarão a proposição de um projeto de reformulação do Ensino Médio na Câmara de Deputados e, posteriormente, a MP 746 do governo federal.

O desenho desta reforma educativa aponta para a retomada da diversificação de trajetórias formativas, não como especialização, e sim como redução de conteúdos e áreas de abrangência; propõe a jornada de tempo integral não para a ampliação de experiências formativas e culturais, mas como intensificação do preparo para as avaliações de larga escala nas áreas de língua portuguesa e matemática; indica a possibilidade de admissão de professores, no ensino técnico, sem formação; e, por fim, deixa a cargo dos sistemas estaduais (leia-se, dependendo de suas condições de financiamento)

Trata-se, portanto, da adequação da escola do jovem aos tempos de recessão econômica e de encolhimento dos gastos públicos, demandados pelo mercado. É uma reforma gestada no campo empresarial que repõe a dualidade estrutural das escolas do rico e do pobre e interdita a possibilidade de ampliação de horizontes culturais e formativos para quem nascer em uma região com menos recursos



ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

a definição das áreas do conhecimento que serão ofertadas em cada escola.

Trata-se, portanto, da adequação da escola do jovem aos tempos de recessão econômica e de encolhimento dos gastos públicos, demandados pelo mercado. É uma reforma gestada no campo empresarial que repõe a dualidade estrutural das escolas do rico e do pobre e interdita a possibilidade de ampliação de horizontes culturais e formativos para quem nascer em uma região com

menos recursos.

O objetivo implícito: reduzir custos e melhorar o desempenho nos testes de português e matemática.

O resultado provável: uma escola empobrecida em tempos cada vez mais complexos.



***Professora do setor de Educação da UFPR e pesquisadora de Políticas Educacionais**

UM PASSO PARA A **DEMOCRATIZAÇÃO** DA MÍDIA

OPORTUNIDADE QUE NÃO PODE SER PERDIDA

Gustavo Gindre*

Progressivamente, entre outubro de 2016 e dezembro de 2018 a TV aberta analógica será desligada em todo o país. Quando isso acontecer, pelo menos 93% das residências de uma cidade deveriam estar captando o sinal digital antes que o analógico fosse desligado. Contudo, mesmo com a distribuição de conversores a serem acoplados nos aparelhos de TV da população de baixa renda, dificilmente esse número será alcançado, ao menos nas primeiras cidades em que houver o desligamento. Mas o governo tem pressa e aqui precisamos entender o porquê dessa urgência e as consequências advindas do fim da TV analógica.

Antes de continuar cabe lembrar que, a despeito do crescimento em penetração e importância da Internet, segundo o Cetic.br¹, apenas 50% dos lares brasileiros têm acesso à Internet (mesmo que, muitas vezes, em situações bem distantes da ideal), enquanto 97% dos domicílios possuem pelo menos um aparelho de TV. Portanto, e especialmente para as camadas mais pobres, a TV aberta segue sendo o principal meio de acesso à informação e ao entretenimento.

A PRESSA

Em setembro de 2014, Claro, Vivo e TIM pagaram R\$ 5,85 bilhões para adquirir licenças de uso do espectro eletromagnético para a transmissão da telefonia celular de 4G. A faixa leiloadada corresponde aos canais 52 a 69 da TV aberta em UHF. Portanto, para que as teles possam ocupar esse espaço, é preciso que não haja canais de televisão transmitindo nesta faixa do espectro. Embora na enorme maioria das pequenas e médias cidades brasileiras tais canais não estejam em uso pela TV aberta,

¹ <http://cetic.br/pesquisa/domicilios>.

justamente nos grandes centros urbanos, por conta da transmissão simultânea, analógica e digital, vários destes canais são ocupados por emissoras de TV. Assim, para que possam utilizar essa faixa do espectro nos mercados mais rentáveis, as teles precisam que a TV analógica seja desligada e os canais 52 a 69 sejam definitivamente desocupados. Como pagaram uma fortuna por essas frequências, é normal que estejam ansiosas para utilizá-las e, com isso, ampliar a oferta do serviço de 4G.

Por outro lado, as emissoras de TV aberta não têm pressa alguma para desocupar tais frequências, porque sabem que poderão perder telespectadores, especialmente entre os mais pobres, que ainda não possuem meios para acessar a TV digital. E o governo permanece mediando os interesses conflitantes dos grandes grupos empresariais.

O ESPAÇO A SER USADO

Com o desligamento da TV analógica, o espaço hoje reservado para a TV aberta diminuirá sensivelmente. Não apenas os canais 52 a 69 serão ocupados pela telefonia móvel, como os canais de 2 a 13 (o atual VHF), por conta de interferências, também serão abandonados pela TV.2 Ao fim e ao cabo, a TV aberta digital utilizará apenas os canais 14 a 51 do UHF.³

Por outro lado, com a TV digital seria possível compartilhar um mesmo canal por mais de uma emissora. Entretanto, atendendo à pressão dos radiodifusores, que desejam manter seu atual oligopólio, o Decreto 5820/2006 proibiu esse compartilhamento dos canais de TV, impedindo a abertura de espaço para novas emissoras. Mesmo assim, o simples uso da tecnologia digital permite que todos os canais

2 Na medida em que ocorrer o desligamento da TV analógica, os atuais canais 5 e 6 da TV aberta serão alocados para o rádio FM. Assim, haverá mais espaço para que as emissoras atualmente no AM possam migrar para o FM. Essa migração deve implicar o progressivo fim do rádio AM, com prejuízos para os moradores de áreas rurais, não alcançadas pelas transmissões do FM.

3 Descontado o canal 37, usado para a radioastronomia,

passem a ser utilizados, acabando com a necessidade de deixar canais vagos para evitar interferências, como ocorre atualmente na TV analógica.

Isso tudo significa que a TV digital comportará, no limite, 37 emissoras de televisão aberta. Como ilustração, peguemos o caso do Rio de Janeiro, a segunda maior cidade do país. Se somarmos as geradoras locais e as retransmissoras, se contarmos com as que ainda não estão em operação no digital e mesmo com os dois canais que operam a partir da vizinha São Gonçalo, encontraremos um total de 23 emissoras com outorga para funcionar na TV digital. O que significa que, a partir de outubro de 2017, quando o sinal analógico for desligado no Rio de Janeiro, haverá 14 canais vagos na TV aberta. Exceto por São Paulo, o número de canais vagos nas demais cidades do país será ainda maior.

UMA BRECHA PARA A DEMOCRACIA

É preciso que o leitor repare que esse cálculo nem mesmo questiona os enormes absurdos cometidos no processo de transição para a TV digital. Não estamos levando em consideração, como dito acima, a possibilidade de compartilhar um mesmo canal por mais de uma emissora. Não estamos aqui questionando a legalidade de inúmeros canais que utilizam uma concessão pública para fazer proselitismo religioso. Nem tampouco as outorgas que pertencem (diretamente ou através do uso de "laranjas") a políticos.

Todas essas questões são alvo de denúncias e ações judiciais por parte de entidades ligadas à luta pela democratização da comunicação e precisam constar de forma mais decisiva na agenda dos partidos de esquerda com atuação no Congresso Nacional. Mas a premissa deste texto é que, mesmo sem lograr vitórias em quaisquer dessas questões, o simples desligamento das transmissões analógicas abrirá um espaço vago que poderá ser ocupado pela sociedade civil. Governos e radiodifusores não poderão mais utilizar o discurso da escassez de espectro, da falta de espaço para a entrada de novas emissoras.

O QUE FAZER?

Uma agenda como essa tem desafios enormes. Em primeiro lugar, óbvio, de custos. Uma emissora significa vultosos gastos de produção (equipamentos, estúdios, pessoal qualificado) e de transmissão. Com certeza ela teria que começar por poucas cidades (provavelmente as áreas metropolitanas de Rio de Janeiro e de São Paulo, mais densamente povoadas). Mas talvez o maior desafio seja o da programação. A sociedade civil em geral, e os partidos de esquerda em particular, têm o péssimo hábito de construir veículos de comunicação que falam para nós mesmos e não conseguem dialogar nem mesmo com seus militantes - o que dirá com o cidadão comum. E uma TV aberta só faria sentido se pudesse usar sua penetração massiva para dialogar com o conjunto da população. É preciso ter uma linha editorial e uma grade de programação fixa que construa o hábito de audiência. E é preciso ir além do jornalismo. Uma TV aberta com esse perfil deve ser capaz de oferecer ao cidadão uma alternativa de entretenimento e lazer que não seja baseada na alienação, na lógica da mercadoria, na discriminação de cor, credo, gênero, orientação sexual e classe.

Todos esses não são desafios triviais e não podem ser enfrentados por um único setor da sociedade civil ou um partido político de forma isolada. É preciso construir uma ampla frente que se articule em torno da tarefa histórica de construir um canal de TV aberta que se contraponha ao oligopólio privado e politicamente orientado que controla a mídia no Brasil.

Pelo menos, a partir de agora, há espaço e sobrando.

Conquistar esse espaço é um desafio para que a esquerda vá além de, simplesmente, denunciar a concentração de poder nos meios de comunicação de massa no Brasil.

Mãos à obra, pois.



*Jornalista

A RESISTÊNCIA NEGRA FRENTE AO AVANÇO CONSERVADOR



Fábio Nogueira*
Joselicio Junior (Juninho)**

“Resistência” é um termo recorrente nos debates políticos do movimento negro. Em linhas gerais, ele traduz a ideia de que a luta do povo negro contra o racismo em África e na Diáspora é secular e que, em cada quadratura histórica, adotou diferentes táticas (de assassinato de feitores, banzo, suicídio e recusa ao trabalho à formação de quilombos e de entidades e organizações negras

O movimento negro foi um dos setores que com maior agudeza observaram as contradições e os limites dos projetos das esquerdas no Brasil. Isso porque a burguesia detém uma hegemonia refratária a um projeto igualitarista que coloque em questão os pilares da “ordem social”

na atualidade). Haveria uma linha de continuidade histórica entre as lutas do povo negro. Um tipo de estratégia de longa duração em que táticas de luta, uma vez mobilizadas, são em dado momento retomadas como numa corrida em que o atleta passa o bastão para o outro até a linha de chegada.

Para Clóvis Moura, a resistência do negro ao escravismo – e que levou a desintegração daquele modo de produção – teve como ponta de lança a formação dos quilombos. Mas esta resistência quilombola logrou se articular com a luta por alforrias, o movimento abolicionista radical e a resistência

cotidiana de homens e mulheres negra ao escravismo. Clóvis Moura denominou este processo de quilombagem.

A resistência negra dos africanos e seus descendentes no Brasil, para Abdias do Nascimento, contribuiu para a afirmação de uma nova consciência política-cultural, que ele denominou quilombismo.

O que separa a quilombagem de Moura e o quilombismo de Abdias, para além das diferentes formações intelectuais e inclinações políticas de cada um, é que, enquanto o primeiro entende a resistência negra como a experiência de integração pela violência do negro na ordem burguesa, o segundo valoriza as manifestações culturais, sociais e políticas da experiência afro-brasileira como bases na afirmação de um projeto político alternativo à hegemonia burguesa dominante. A quilombagem é a práxis do passado. O quilombismo, a práxis

que anuncia o futuro¹.

Clóvis Moura e Abdias do Nascimento, assim como os intelectuais negros da geração dos anos 60 e 70 (Hamilton Cardoso, Maria Beatriz Nascimento, Jonatas da Conceição, Lino de Almeida, Lélia Gonzalez, entre outros) valorizaram o terreno intelectual, da luta ideológica, para desfazer os mitos em torno da democracia racial que impediam ao movimento negro ascendente uma ação política autônoma. Resgataram, por exemplo, a experiência de Zumbi, de Palmares e dos quilombos de uma maneira geral para falar de soberania, democracia e direitos.

No momento de auge da aplicação das políticas econômicas que geraram uma mobilidade social, o núcleo de poder encabeçado por Lula e o PT abriu mão do debate ideológico e da disputa de consciência, em favor da exaltação das saídas individuais

Criticaram o pretenso universalismo de uma democracia racial que tomava o povo de forma indiferenciada e não reconhecia nele – ao gosto populista – diferenças de gênero e raça.

Como qualquer aventura no terreno intelectual, não tardou que setores (incluindo os de esquerda) taxassem este movimento como de “negros de classe média”. Esses

1 Lélia Gonzalez, uma das mais brilhantes intelectuais negras de sua geração, cunharia o termo Améfrica para interpretar a experiência histórica dos negros e negras nas Américas e no Caribe. Assim como Abdias e Clóvis, Lélia valoriza a singularidade da experiência africana no continente africano prenunciando o que anos depois Paul Gilroy chamou de Atlântico Negro.

negros intelectualizados respondiam reafirmando sua identidade com a cultura e as comunidades negras (roupas, linguagem, religiosidade, estética e formas de comportamento). Mas o que é pior: prevaleceu ideia de resistência como um processo particularmente refratário a uma esquerda (e aqui falamos particularmente da experiência histórica do PT) que ocupava frações cada vez mais generosas da institucionalidade. Resistência era algo que caracterizaria a esquerda sob a ditadura. Em tempos de democracia falar em resistência não faria muito sentido.

No momento de auge da aplicação das políticas econômicas que geraram uma mobilidade social, o núcleo de poder encabeçado por Lula e o PT abriu mão do debate ideológico e da disputa de consciência, em favor da exaltação das saídas individuais, da construção

fantasiosa da narrativa da formação de uma nova classe média e reforçou no imaginário popular conceitos liberais de que a possibilidade de ascensão social e de melhoria da qualidade de vida se daria por meio de ações individualizadas.

Isto abriu campo para uma direita moderna que vem impondo um discurso de que programas sociais, políticas de cotas, sistema público de saúde e educação formam um paternalismo de Estado que impede o desenvolvimento individual das pessoas, que reforça a ideia da meritocracia, do processo natural de seleção para justificar a ascensão de uns e a derrocada de outros,

ignorando completamente as assimetrias sociais construídas historicamente como a profunda concentração de riqueza, o racismo e o machismo como bases de uma estrutura que nos torna um dos países mais desiguais do mundo.

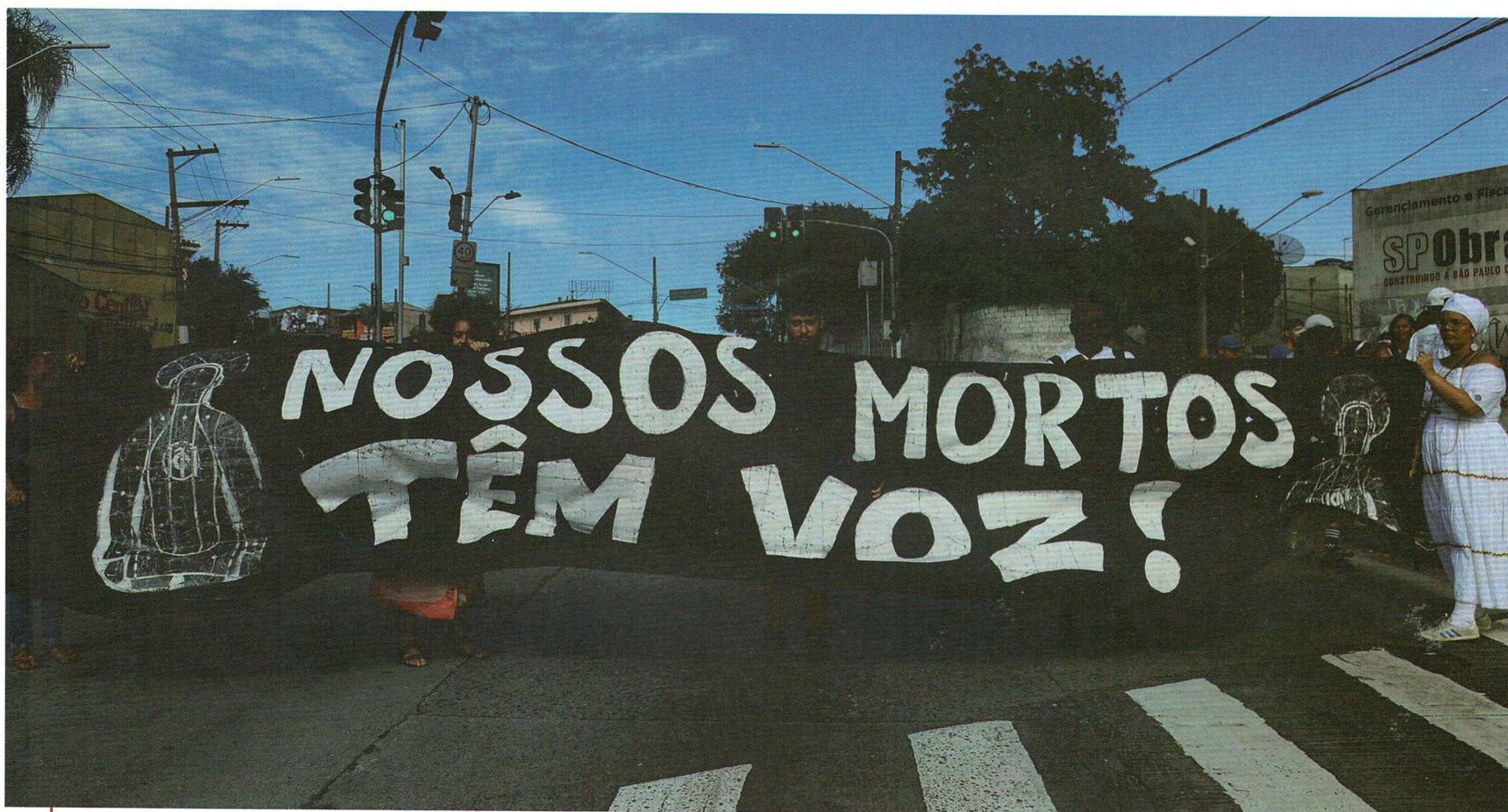
O movimento negro foi um dos setores que com maior agudeza observaram as contradições e os limites dos projetos das esquerdas no Brasil. Isso porque a burguesia brasileira detém uma hegemonia política refratária a um projeto igualitarista que coloque em questão os pilares da “ordem social”, a saber, a profunda estratificação

social que hierarquiza brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres.

Logo, o trabalho político junto à classe trabalhadora, entendido como uma luta ideológica contínua e paciente, foi abandonado pelos “acordos por cima”, os pactos de governabilidade e o abandono de um programa antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. A democracia foi reduzida aos processos eleitorais e não a um tipo de organização política que combine garantias individuais e políticas, distribuição de renda e justiça social.

Não era possível reorganizar a cultura

entre “os de baixo” apenas com base em decretos, leis, coalizões e acordos institucionais. Como organizador da cultura, o movimento negro se posicionou de forma corajosa – mesmo tendo em parte sofrido os efeitos do processo de institucionalização da esquerda – ao denunciar o extermínio da juventude negra, a faxina étnica, a política de guerra às drogas, a desobjetificação das mulheres negras e a necessidade de legalizar o aborto e combater a intolerância religiosa. Desatar esse nó está na ordem do dia para a retomada de uma agenda progressista na sociedade brasileira.



Não era possível reorganizar a cultura entre “os de baixo” apenas com base em decretos, leis, coalizões e acordos institucionais. O movimento negro se posicionou de forma corajosa ao denunciar o extermínio da juventude negra, a faxina étnica, a política de guerra às drogas, a desobjetificação das mulheres negras e a necessidade de legalizar o aborto e combater a intolerância religiosa

Sabemos que a cultura popular, em especial a cultura periférica, não é espaço isento e também possui suas contradições e desafios. Um desses desafios é como algumas iniciativas conseguem se articular sem uma interlocução com o Estado, tendo em vista que programas, políticas de incentivo e fomento deverão ser cortados, ou terão novos formatos, a partir dos interesses dos governantes de plantão que podem tentar imprimir um processo de cooptação. As políticas públicas e as conquistas serão mantidas? Os movimentos se mobilizarão em torno dessas políticas? São algumas das questões que precisam ser enfrentadas.

Por outro lado, estão nesses coletivos, redes e movimentos periféricos as melhores experiências de construção de uma cultura contra-hegemônica, pois eles apontam para saídas coletivas, integradas e conectadas, que dão voz e vez para os(as) historicamente excluídos(as), que têm na sua essência a resistência, a conscientização, a ocupação do território, a relação de pertencimento.

Essa é uma força poderosa que pode contribuir de forma decisiva no processo de reorganização da esquerda e das forças progressistas. Estas últimas, por sua vez, também precisam se modernizar e se conectar com novas experiências de construção de narrativas que podem ganhar capilaridade e conquistar corações e mentes que podem trazer valores e saberes civilizatórios transformadores.

A crise que abate o conjunto da esquerda também tem seus rebatimentos sobre o movimento social negro. Este não deve, e seria um enorme erro tático se o fizesse, apartar-se do necessário balanço que as forças democráticas e progressistas estão instadas a fazer neste país. Porém alguns elementos da cultura de resistência já foram gestados na quadratura histórica anterior. As mobilizações contra o golpe e pelo "Fora Temer", principalmente os capitaneados pela Frente Povo Sem Medo, colocam o desafio de cons-

Precisamos construir uma esquerda democrática, mais negra, mais popular e mais libertária, entendendo o momento de resistência política que estamos vivendo. A resistência é no agora, mas parte do antes, de maneira que todas as lutas valem a pena e vaticinam um futuro que preserve a essência do que somos

truir articulações mais estáveis e alianças mais duradouras entre setores democráticos e progressistas.

Por sua vez, o movimento negro continua a atuar contra os retrocessos do governo Temer em relação às políticas de ação afirmativa, à PEC 241, ao extermínio da juventude negra e à política de guerra às drogas. Contudo, a esquerda e os movimentos sociais precisam ocupar com maior vigor terreno entre os mais pobres e os trabalhadores, assim como nos bairros das periferias.

A experiência histórica da classe trabalhadora, que já é constitutivamente múltipla, contraditória e enfeixada por determinações culturais e históricas de raça e de gênero, recebe o bombardeio ideológico dos setores dominantes da imprensa, do Judiciário e da chamada classe política para sua narrativa. Esse bombardeio coloca na vala comum da corrupção o conjunto das forças de esquerda, dos sindicatos e dos movimentos sociais. Neste sentido, até mesmo o PSOL, crítico de primeira mão

dos erros do PT no governo, está desafiado a fortalecer seu pertencimento às comunidades proletárias e de trabalhadores (majoritariamente negros), tendo as periferias e os bairros populares como seus espaços de referência social e cultural.

Precisamos construir uma esquerda democrática, mais negra, mais popular e mais libertária, entendendo o momento de resistência política que estamos vivendo. A resis-

tência é no agora, mas parte do antes, de maneira que todas as lutas valem a pena e vaticinam um futuro que preserve a essência do que somos ao lutar.



***Presidente do PSOL Salvador e professor da UNEB**



****Presidente do PSOL São Paulo e jornalista**

ENTREVISTA a JULIANO MEDEIROS*

Olivério Medina Porta-voz das FARC



“Queremos paz com justiça social”

FLICKER FARC

O mundo acompanhou com esperança as negociações de paz entre o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc-EP) para pôr fim ao conflito armado que já dura 52 anos. Qual a importância desse processo para o continente latino-americano?

– Nosso objetivo é terminar o conflito social armado. Queremos paz com justiça social. Felizmente, inúmeros países acompanham esse esforço. É um reforço vigoroso para nossa luta pela paz a importante decisão da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribe-

nhos (Celac) de declarar “Zona de Paz” nosso continente. Entendemos como uma contribuição à Celac, o encerramento para sempre desse conflito armado absolutamente desnecessário.

O acordo de paz aborda temas importantíssimos, como a reparação das vítimas da violência, a reforma agrária, a democratização do Estado e o cessar-fogo bilateral definitivo, dentre outros. Quanto foi possível avançar nessas negociações para garantir não só a paz, mas

uma Colômbia mais democrática?

– Sim, é um acordo de paz inédito. Os avanços mencionados são muito importantes. Saliento que o palpitar do coração do acordo final irrigará permanentemente um ponto crucial: que a guerrilha não faça mais política com armas e que os donos do poder, do dinheiro e do governo deixem de fazer política usando as armas da República como instrumento violento contra seus opositores. Infelizmente, os sucessivos governos fizeram da violência política armada sua forma normal de governar. A hora da batalha das ideias está

chegando. Tomara que não caem nossa voz tirando nossas vidas mais uma vez.

A rejeição do acordo final firmado entre a guerrilha e o governo de Juan Manuel Santos representou um duro revés na luta pela paz, mostrando que as posições conservadoras e as décadas de “demonização” da insurgência armada ainda são capazes de interditar o processo de pacificação. Qual sua avaliação sobre o resultado do plebiscito?

- A guerrilha disse o tempo todo que o mecanismo genuíno para referendar o acordo final seria uma assembleia constituinte. Mas o presidente Santos bateu o pé e impôs o plebiscito. Deu no que deu. Uma coisa parece muito clara: a casa grande tem pavor da senzala na Colômbia e em qualquer canto do mundo capitalista. Os de sua classe teriam crucificado Santos caso ele tivesse concordado com a proposta da guerrilha. Mas enquanto os dois compadres brigam (Uribe e Santos), o povo está se mobilizando com entusiasmo inusitado e de forma muito organizada. Isso é bom.

E como contornar essa situação agora? É possível um novo acordo que não represente retrocesso em relação ao acordo firmado inicialmente entre governo e guerrilha?

- As delegações estão trabalhando para tirar o acordo final da encruzilhada, sem desfigurá-lo, e se possível acrescentando elementos surgidos nas discussões entre o governo e representantes do “Não”.

Vamos abordar um ponto específico do acordo de paz: a participação política dos ex-combatentes com o fim da guerra. Quais as perspectivas para a ação política legal dos guerrilheiros?

- Estamos trabalhando a possibilidade de formar um movimento ou um partido político. Nada está definido, por enquanto. Pensamos na importância da criação de uma frente



É criminoso quem cria e mantém uma guerra desnecessária, disse José Martí. O criador dela não foi o povo, pois ele não comprou aviões de guerra, nem bombas de meia tonelada, nem helicópteros, nem organizou qualquer operação militar contra ninguém

ampla com uma plataforma aceita por todos, em que cada organização mantenha sua identidade e trabalho interno normal.

Qual o papel da Marcha Patriótica no processo de paz e na incorporação dos ex-combatentes na vida política colombiana?

- A Marcha Patriótica e outros movimentos, não menos importantes, levantam a bandeira da paz com justiça social. Essa bandeira pode unificar todas as organizações, as já criadas e outras que apareçam. Temos que buscar as coisas que nos unem e deixar as discordâncias para quando alguém nos convida para um churrasco.

O compromisso firmado em Cartagena estabelece que quem confessar seus crimes diante de um tribunal especial poderá evitar a prisão e cumprir penas alternativas. Do contrário, poderá ser condenado a penas de oito a 20 anos de prisão. Em se tratando de um conflito político-militar, não teria sido desejável uma anistia? É possível equiparar crimes cometidos em uma guerra a assassinatos em massa cometidos pelos paramilitares?

- É criminoso quem cria e mantém uma guerra desnecessária, disse José Martí. O criador dela não foi o povo, pois ele não comprou aviões de guerra, nem bombas de meia tonelada, nem helicópteros, nem organizou qualquer operação militar contra ninguém. Ele criou a resistência contra a agressão militar que a burguesia e o Imperialismo norte-americano montaram, dando início ao Plano Laso (Latin América Security Operation). Foram 16 mil soldados, contra 46 camponeses. O tribunal especial é para resolver os problemas das duas partes que se enfrentaram.

Que peso o paramilitarismo ainda tem na Colômbia e como os acordos de paz atingem essas organizações terroristas?

- O paramilitarismo não é novo, vem dos



anos 50 do século passado. Foi uma nefastíssima invenção dos ianques. O compromisso assumido pelo governo é resolver esse problema. É como disse um cego: “Amanhecerá e veremos”.

A Venezuela foi um dos mais importantes atores na luta pela paz na Colômbia na última década. Como a crise política naquele país e a ausência do presidente Nicolas Maduro na Cúpula dos Países Ibero-americanos - que aprovou moção unânime em favor da paz na Colômbia - pode dificultar a organização de uma nova esquerda com o fim dos conflitos?

- Podemos afirmar que as conversações entre o governo e a insurgência em Havana, até o acordo final, chegaram a bom termo graças a um pai dedicado que trabalhou incansavelmente pela paz. Esse pai foi o comandante Hugo Rafael Chávez Frias. E, felizmente, os governos de Cuba, Noruega, Chile e Venezuela deram conti-

nuidade ao desejo do comandante Hugo Chávez de ver uma Colômbia em paz.

Temos visto no Brasil um avanço da direita religiosa, identificada especialmente com setores de igrejas neopentecostais. Há estudos que comprovam que o voto dos evangélicos foi decisivo para a derrota do “Sim” no plebiscito. Como ex-sacerdote da Igreja Católica e ex-guerrilheiro, como você avalia essa associação entre religião e política na Colômbia?

- No Documento Santa Fé IV, elaborado pelos assessores de Ronald Regan para sua política de dominação em nossos países, que tinha como objetivo destruir a Teologia da Libertação, encontramos a proposta de invadir América Latina de seitas evangélicas. Segundo pesquisas, calcula-se que no Brasil haverá cem milhões de evangélicos em 2030. É uma manipulação total. Na Colômbia não é diferente.

Que papel têm desempenhado os ex-presidentes Álvaro Uribe e Andrés Pastrana na luta que se trava pela paz na Colômbia? Eles são candidatos fortes para as eleições presidenciais de 2018?

- Eles não tem credibilidade. O povo está caindo na real em relação a esses indivíduos. Pastrana é responsável pelo Plano Colômbia e Uribe está comprometido com o paramilitarismo de forma escancarada. Muitos de seus lugares-tenentes, narco-paramilitares, estão presos. Por isso ele não dorme muito tranquilo.

A esquerda terá um candidato competitivo nessas eleições?

- Em menos de 50 anos foram perpetrados cinco magnicídios de candidatos da esquerda e, mais do que da esquerda, do povo. Foram mortos Jorge Eliécer Gaitán, Jaime Pardo Leal, Bernardo Jaramillo, Carlos Pizarro e Luis Carlos Galán. Esses

assassinatos não foram cometidos pelos movimentos guerrilheiros. Isso nos autoriza a dizer em alto e bom som, apoiados nas palavras do arcebispo de São Salvador, dom Oscar Arnulfo Romero: "Queremos que o governo leve a sério que de nada servem as reformas se o custo delas é pago com tanto sangue. Em nome de Deus e de nosso povo, lhes suplico, lhes peço e lhes ordeno cessar a repressão".

Por fim, como os brasileiros podem colaborar com o processo de paz na Colômbia?

OM - Apesar de haver pouca informação no Brasil, existe uma inquietação em relação ao processo de paz. Sabemos que os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff têm-se mantidos atentos e dispostos a cola-

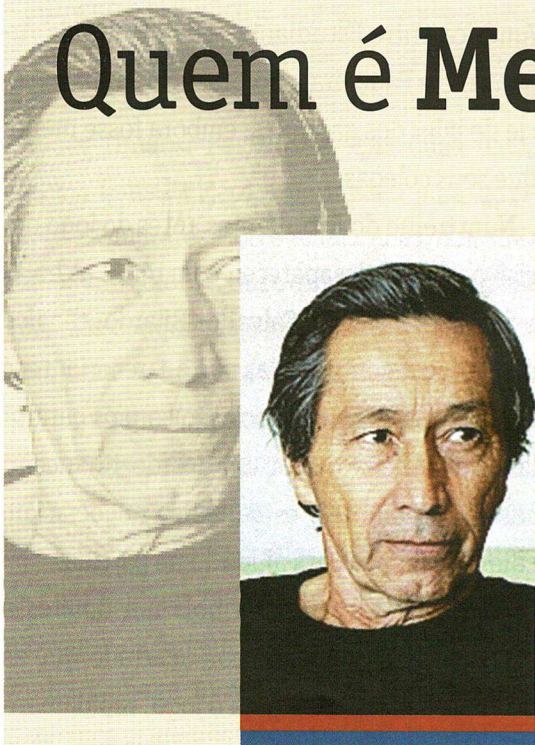
borar. Em anos anteriores o Brasil ajudou com apoio logístico para atividades de caráter humanitário na entrega de prisioneiros de guerra. Mas, em geral, o desconhecimento mútuo é muito grande. Uma moça me perguntou aqui no Brasil se eu era peruano. Respondi que era de um país vizinho do Peru. Ela respondeu: "Ah, o senhor é argentino, então". Eu lhe disse que meu país não tinha fronteira com Argentina. Ela me perguntou se eu era uruguaio. "Meu país também não tem fronteira com o Uruguai", respondi. Por fim, ela concluiu: "Você é do Piauí". Nós, brasileiros e colombianos, nos conhecemos muito pouco. É uma pena.



* É presidente da Fundação Lauro Campos.

Nós, brasileiros e colombianos, nos conhecemos muito pouco. O desconhecimento mútuo é muito grande. É uma pena

Quem é Medina?



Olivério Medina é o codinome usado por Francisco Antonio Cadena Collazos, um ex-sacerdote membro do Secretariado Internacional das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), tendo sido seu representante no Brasil durante anos.

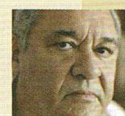
Medina foi padre entre 1975 e 1983, trabalhando na pastoral dedicada a jovens e camponeses na Diocese de Neiva, no estado de Huila, na Colômbia. Ameaçado de morte por paramilitares de extrema-direita, Medina foi forçado a cair na clandestinidade e incorporou-se à guerrilha.

Posteriormente, veio a residir no Brasil, onde foi sempre uma espécie de porta-voz das Farc, fazendo articulações para a troca de prisioneiros e para que chegasse a bom termo um acordo entre a guerrilha e o governo colombiano, pondo fim à luta armada naquele país.

Detido no Brasil em 2000 pela Polícia Federal, Medina foi solto pouco depois. Porém, a pedido do governo colombiano, foi preso novamente em 24 de agosto de 2005, em ação conjunta da PF brasileira com a Interpol. A

Colômbia pediu formalmente que ele fosse deportado e surgiram comitês em várias cidades brasileiras defendendo a sua libertação.

Em julho de 2006, o Comitê Nacional para Refugiados decidiu favoravelmente à concessão do status de refugiado político a Medina. A decisão foi referendada em março de 2007 pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, um recurso impetrado pelo governo colombiano para que o pedido de extradição fosse aceito acabou arquivado e ele vive livremente no Brasil.



* Militante do PSOL e editor-chefe da revista SOCIALISMO & LIBERDADE

*Cid Benjamin

A INSURREIÇÃO DA CELESTE

Num contrato leonino, a AUF concedeu à Tenfield os direitos exclusivos das transmissões pela TV das partidas do campeonato uruguaio, assim como o poder de determinar horários, dias e estádios em que se realizariam os jogos

Nestor Curbelo*

O dono do futebol uruguaio se chama Francisco Casal, conhecido como "Paco", e nasceu em São Paulo, no Brasil, em 1958. Seus pais se mudaram para o Uruguai quando ele era recém-nascido. Na sua infância de menino pobre, "Paco" foi gandula no Estádio Centenário. Em 1968, na final da Copa Libertadores da América entre Estudiantes de la Plata, da Argentina, e Palmeiras, do Brasil, era uma espécie de líder dos gandulas, embora fosse menor que seus colegas.

Num treino do Estudiantes antes do jogo decisivo, "Paco" desapareceu com todas as bolas e fez uma ameaça a Salvador Bilardo, técnico da equipe argentina: elas não apareceriam até que houvesse uma negociação com os gandulas. Deixou claro: sem um acordo financeiro com o Estudiantes, os gandulas negociariam com o Palmeiras para ajudá-lo na partida.

Os argentinos pagaram dois mil dólares a "Paco" e seus amigos. Ficou acertado que as bolas seriam repostas para o jogo, rapidamente ou sem nenhuma pressa, de acordo com os interesses do Estudiantes.

Este foi o primeiro negócio de "Paco" Casal no futebol.

Posteriormente, ele foi um jogador medíocre que passou pelos clubes uruguaio Defensor e Nacional, pelos espanhóis Atlético de Madri e Racing de Santander e pelo Vasco da Gama, do



Luis Suarez



Diego Godín

Brasil.

Em 1980, quando ainda estava no Vasco, recebeu um telefonema inesperado. Seu amigo Juan Ramón Carrasco, que jogava no Nacional de Montevideu, pediu que fosse seu representante nas negociações com o River Plate argentino, que tinha interesse na sua contratação.

Começou aí a carreira de Casal como empresário dos melhores jogadores uruguaios. Estiveram com ele Carlos Aguilera, Rubén Sosa, Enzo Francescoli e Hugo De León. Nos anos 90, Casal tinha as chaves do mercado italiano e quase todos os jogadores do Uruguai queriam tê-lo como empresário. “Paco” lhes assegurava contratos milionários em dólares, ao mesmo tempo em que engrossava suas próprias contas bancárias em paraísos fiscais.

Em 1998, com a cumplicidade de Eugenio Figueredo (na época presidente da Associação Uruguia de Futebol – AUF – e atualmente em prisão domiciliar por corrupção relacionada com a Fifa), Casal e seus sócios Enzo Francescoli e Nelson Gutiérrez se tornaram donos de todos os direitos comerciais sobre o futebol uruguaio, por meio da empresa Tenfield.

Num contrato leonino, a AUF concedeu à Tenfield os direitos exclusivos das transmis-

sões pela TV das partidas do campeonato uruguaio, assim como o poder de determinar horários, dias e estádios em que se realizariam os jogos. Os direitos envolviam a possibilidade de decidir a forma como os campeonatos se desenvolveriam, a comercialização da publicidade estática nos estádios, a escolha dos patrocinadores da seleção, os pagamentos por seus jogos amistosos, o direito de imagem dos jogadores e a intermediação dos contratos com as empresas que cederiam os uniformes e todos os equipamentos esportivos da Celeste. Em síntese, Casal controlava tudo o que significasse dinheiro no futebol uruguaio.

Curiosamente, não foi dele a única proposi-

ta para a transmissão pela TV das partidas do campeonato uruguaio. Havia outra, da empresa argentina Torneos y Competencias, que oferecia valores muito superiores: precisamente, 32 milhões de dólares a mais do que os 50 milhões que se dispunha a pagar “Paco”.

Durante uma assembleia da AUF – o órgão máximo da entidade – em que a questão estava sendo debatida, Casal apareceu pessoalmente e lembrou aos presidentes dos clubes as dívidas que estes tinham com ele. Aliás, uma prática de Casal sempre foi socorrer economicamente os clubes menores, passando a exigir deles alinhamento automático com seus interesses nas votações da AUF, com a contrapartida.

Durante uma assembleia da AUF – o órgão máximo da entidade – em que a questão estava sendo debatida, Casal apareceu pessoalmente e lembrou aos presidentes dos clubes as dívidas que estes tinham com ele

No ano passado, “Paco” tornou-se, ainda, mais forte ao se converter, por meio de um vultoso empréstimo em dólares, coproprietário do estádio do Peñarol, clube que tem quase a metade dos torcedores do país. Tudo corria sem dificuldades para o dono do futebol uruguaio, quando surgiu a contestação de Diego Godín –zagueiro do Atlético de Madri e capitão da Celeste - e Luis Suárez, o jogador de mais prestígio no Uruguai, hoje no Barcelona

Assim, com a exceção de três clubes (Nacional, Liverpool e River), todos os demais votaram a favor da proposta econômica desvantajosa, para não desagradar Casal.

No ano passado, “Paco” tornou-se, ainda, mais forte ao se converter, por meio de um vultoso empréstimo em dólares, coproprietário do estádio do Peñarol, clube que tem quase a metade dos torcedores do país, e que o reconheceu como “sócio estratégico” por meio de seu dirigente Marcelo Areco.

Tudo corria sem dificuldades para o dono do futebol uruguaio, quando surgiu a contestação de Diego Godín –zagueiro do Atlético de Madri e capitão da Celeste - e Luis Suárez, o jogador de mais prestígio no Uruguai, hoje no Barcelona.

Até aí, Tenfield y Casal davam as cartas. Faziam também a intermediação com a empresa que fornecia os uniformes da seleção uruguaia: a alemã Puma. Mas, quando se aproximava o fim o contrato entre a entre AUF y Tenfield – ele expira em dezembro deste ano – os jogadores da seleção apresentaram uma proposta da Nike muito mais vantajosa.

A empresa americana oferecia, por sete anos de contrato, a quantia de 24,5 milhões de dólares, valor que seria acrescido de outros dois milhões de dólares caso o Uruguai se classificasse para as copas da Rússia e do Catar. Enquanto isso, a proposta da Tenfield-Puma era de apenas 30% desse valor: 7,5 milhões de dólares.

Ainda assim, devido às abertas pressões de Casals e da Tenfield sobre os clubes que lhes deviam dinheiro, a votação na assembleia da AUF foi apertadíssima. Pela diferença de apenas um voto foi aprovada a moção que autorizava abertura de negociações com a Nike.

No entanto, o contrato entre a AUF e a Tenfield firmado em 1998 continha uma cláusula permitindo que esta igualasse, num prazo de 20 dias, qualquer oferta feita por outra empresa. Assim, a Tenfield equiparou a sua proposta à de Tenfield, aumentando-a de 7,5 milhões de dólares para 24,5 milhões de dólares. Com isso conseguiu manter o contrato com a Puma, mas



“Paco” Casal

teve que admitir que desde 1998 vinha pagando muito abaixo do mercado, com a cumplicidade dos dirigentes da AUF.

Quando tudo parecia resolvido a favor de Casal e da Tenfield, que a essa altura já era vista como vilã pelo povo uruguaio, caiu como um raio um comunicado público do capitão da seleção, Diego Godin, em nome de todos os jogadores. Dizia o comunicado, publicado inicialmente no Twitter e no Facebook e, depois, na imprensa:

“Este grupo de jogadores não vai mais tolerar que se continue a vender os direitos que conformam o patrimônio da seleção a um intermediário que especula com eles, ficando com os benefícios que deveriam ser do futebol uruguaio”.

Os jogadores foram além: “Até agora, de forma contrária a qualquer critério de racionalidade e justiça, a empresa intermediária Tenfield teve o monopólio da exploração de todos os ativos pertencentes à AUF. Não permitiremos que essa situação volte a ocorrer.”

A carta advertia, ainda: “A AUF y Tenfield têm comercializado os direitos de imagem dos jogadores sem a autorização deles. (...) Não vamos ceder nossos direitos de imagem a intermediários, nem tolerar que estes últimos tentem comercializá-los ou explorá-los em prejuízo do futebol uruguaio.”

O comunicado foi imediatamente endossado e reproduzido nas redes sociais por jogadores de enorme prestígio, como Luis Suárez y Edinson Cavani, e por ex-jogadores como

Diego Lugano (que está hoje no São Paulo e não joga mais na seleção, mas que continua tendo grande influência sobre seus colegas) no hashtag #MasUnidosQueNunca.

“Há anos os jogadores da seleção lutam para reestruturar e profissionalizar a questão do direito de imagem com a AUF, o que atualmente estamos tratando com a sua diretoria. Democratizar todas as estruturas [do futebol uruguaio] é algo urgente. Caso se consiga isso, a AUF poderá servir com muito mais eficiência às necessidades do futebol no nosso país, utilizando seus recursos com independência. Só assim estará livre de interesses alheios e não

Comunicado dos jogadores da seleção uruguaia: “[Há anos lutamos...] para reestruturar e profissionalizar a questão do direito de imagem com a AUF, o que atualmente estamos tratando com a sua diretoria. Democratizar todas as estruturas [do futebol uruguaio] é algo urgente. Caso se consiga isso, a AUF poderá servir com muito mais eficiência às necessidades do futebol no nosso país, utilizando seus recursos com independência.”

seguirá vendendo seu rico patrimônio a preços abaixo de suas necessidades. (...) Exigimos que haja dignidade, transparência e respeito pelas pessoas, pelos jogadores e, em especial, pelos valores democráticos que sempre identificaram o nosso país e a nossa gente”.

E os jogadores concluem: “Sempre demos e seguiremos dando tudo pela Celeste dentro do campo e queremos contribuir também para um futebol melhor fora dele. Este será o nosso melhor legado e a melhor herança para as ge-

rações futuras e que, com certeza, nos trarão mais vitórias”.

Atualmente, a guerra entre os jogadores da seleção e a Tenfield está centrada no direito de imagem. De que valeria à empresa e à Puma comercializar as camisas da seleção em mercados importantes, como os asiáticos, se elas não levarem os nomes de Suárez, Cavani ou Godín? Certamente, de muito pouco.

A posição dos jogadores tem amplo apoio na população uruguaia, que começa a ver nos jogadores algo mais profundo do que um conjunto de esportistas de sucesso. É uma tradição uruguaia a desconfiança diante de qual-

quer monopólio que não seja estatal.

A empresa Tenfield monopoliza as transmissões pela TV de todas as expressões da cultura popular uruguaia: futebol, carnaval, basquete, boxe e ciclismo. Mas, paradoxalmente, ela é a mais impopular das empresas do país. O cidadão médio não lhe perdoa as presenças indevidas sobre entidades mais fracas e o fato de ela receber privilégios do

poder, aí incluídas vantagens concedidas pelo governo Mujica, que perdoou uma milionária dívida que deveria ter sido paga por Casal.

Pelo visto, a guerra não terminou.

Novas batalhas virão, entre os donos do futebol e os que, ao fim e ao cabo, são os trabalhadores desse esporte.

(Tradução: Cid Benjamin)



***Jornalista uruguaio**

CAROLINA, A MULHER NEGRA DO NOSSO TEMPO

“Quarto de despejo” foi traduzido para 14 idiomas e só no Brasil teve dez edições publicadas

Rita Silva*

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), uma das escritoras brasileiras mais conhecidas mundialmente, nasceu em Minas Gerais. Neta de escravos, filha de meeiros da zona rural, foi alfabetizada no período de dois anos. Ainda jovem, seguiu para São Paulo. Tornou-se catadora de lixo e com seus achados construiu sua casa.

Mulher negra, periférica e mãe solteira, Carolina se destacava por encontrar na leitura e na escrita uma válvula de escape. Assim, desenvolveu o hábito de escrever seus pensamentos sobre a vida dentro e fora da favela em vários cadernos que futuramente seriam publicados com o título de “Quarto de despejo”, best seller traduzido para 14 idiomas, e que teve dez edições no Brasil.

“Quarto de despejo” é uma obra de literatura social, mas se soma também à tradição memorialística moderna. No livro, Carolina empresta seus olhos para que as misérias, a luta diária pela sobrevivência e as humilhações às quais os pobres são submetidos se tornem visíveis, narrando seu cotidiano permeado de poucas alegrias e muita preocupação em trazer alimentos para casa. Temas sociais, políticos e econômicos são relatados a partir da perspectiva de uma favelada que rompe com o silêncio e os paradigmas impostos pela sociedade elitista e preconceituosa. Acontecimentos históricos, o descaso do poder público e brigas de vizinhos ocupam o mesmo plano da narrativa, colocando a mulher negra no centro da cena.



O traço autobiográfico faz toda a diferença. Carolina tentou outros escritos – contos, romance, poemas – no entanto, a forma testemunhal foi a que chamou a atenção dos editores. A intenção literária era genuína. Escrever era o caminho da superação da miséria, da construção de sua identidade e da constituição de si mesma como protagonista da sua história.

Carolina não se enquadra em qualquer padrão. Nela, vida e obra se fundem. Em prosa, relata suas experiências, os fatos e como se sente perante eles. Dessa dinâmica advêm a credibilidade e também as críticas à sua obra. Houve quem a considerasse uma farsa, atribuindo o sucesso de “Quarto de despejo”, a Audálio Dantas, o jornalista que a “descobriu”.

O livro foi um fenômeno midiático. Ganhou o mundo, incomodou muitos e recebeu elo-

gios da mais alta crítica literária. Carolina, porém, morreu pobre e no esquecimento. Dela nunca se ausentaram as marcas da pele negra, que vão além das fronteiras corporais. Atualmente, “Quarto de Despejo” continua atual e necessário; em tempo de retrocesso político e democrático, no qual as minorias tendem a ser silenciadas. Seu caráter de denúncia é urgente.

Enquanto a maioria sonhava com o crescimento econômico prometido pelo desenvolvimentismo dos anos 60, a autora problematizava a percepção do progresso da cidade versus a favela, lugar de gente marginal. Navegando contra a corrente, Carolina inaugurou uma maneira diferente de abordar os

temas sociais. Sua vida tornou-se literatura, arte. Uma arte de denúncia, de resistência e de incentivo para as gerações posteriores.

* **Jornalista e militante do Círculo Palmarino**

Trechos do livro

Seleção de Carolina Peters

“Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual: a fome” (JESUS, 2007, p. 32).

“Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual: a fome” (JESUS, 2007, p. 32).

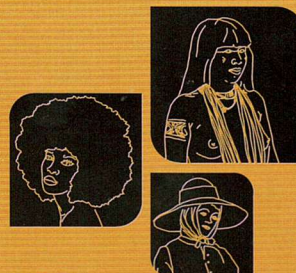
“Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora do uso, digno de estar num quarto de despejo” (JESUS, 2007, p.38).

“O branco diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém” (JESUS, 2007, p. 66).





"Tudo o que a mão humana construiu pode ser demolido por ela. A escravidão das mulheres não é nem uma lei da natureza nem seu destino. O que necessitamos é a teoria precisa, de programas, da organização e dos mecanismos para desenvolvê-los" Abdullah Öcalan.



SETORIAL NACIONAL DE MULHERES DO PSOL